# Agregados, Parceiros e Posseiros: a Transformação do Campesinato no Centro-Oeste

MIREYA SUÁREZ

O objeto do presente ensaio é mostrar o processo de formação do campesinato no Centro-Oeste e sua transformação face à história social mais ampla da região[1].

O emprego da abordagem histórica bastante infreqüente na literatura antropológica, deve-se ao interesse em apreender o campesinato como um processo no interior da estrutura social que o compreende. Com efeito, a análise privilegiará os elementos que dizem respeito ao modo como os camponeses pertencem ao processo histórico regional, em particular os sistemas técnico-econômicos de sua pequena produção, distanciando-se das informações sobre seus arranjos internos de organização social e expressões simbólicas.

O Centro-Oeste vem sendo objeto de nosso estudo desde 1972, através das observações realizadas por nós mesmas e por alunos do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília que, em diferentes momentos a partir daquela data, estiveram sob nossa orientação desenvolvendo os mais diversos trabalhos, desde o treinamento em pesquisa de campo até a elaboração de teses[2].

---

1 A pesquisa básica que permitiu a elaboração deste trabalho foi levada a efeito com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que, entre 1977 e 1978, financiou o Projeto "A Dinâmica Regional do Centro-Oeste".

2 Noraldino Cruvinel, Deise Siqueiras e Maria Otilia Telles coletaram dados em 1973 quando recebiam treinamento em pesquisa de campo no município de Arraias, GO. Em 1977, Carlos Verssiani, Gustavo R. Lins e Celso Ferreira realizaram trabalho similar no mesmo local. Posteriormente, Ana Gita de Oliveira e Mariza Veloso trabalharam na coleta de dados históricos, sendo que esta última vem trazendo uma importante contribuição

Foi partindo de todos estes trabalhos que realizamos o presente ensaio, concebido como uma tentativa de integrar uma variedade de informações dentro de um modelo que nos permitisse pensar o campesinato como processo histórico. Por se tratar de um processo, presume-se que varie no tempo e é, precisamente, o percurso destas variações ou, como tem sido chamado por Velho (1976), a trajetória social do campesinato, o que se quer apreender.

O campesinato do Centro-Oeste apresenta-se no discurso dos informantes, nas fontes históricas e nas obras literárias regionais como sendo a figura de um agregado, parceiro, posseiro ou proprietário[3]. Todas estas denominações são utilizadas no presente para distinguir diferentes tipos de pequenos produtores de alimentos, porém, elas se referem, também, e mais significativamente, a categorias sociais que se sucederam e que no tempo constituiram fenômenos dominantes.

A figura do agregado é tão antiga quanto a própria ocupação inicial da região mas, certamente, como no caso dos moradores de Pernambuco estudados por Sigaud (1980), as relações sociais que a caracterizaram no passado sofreram grandes alterações, na medida em que a maior parte dos agregados transformava-se em parceiros. Da mesma maneira, em certas regiões do Centro-Oeste, presencia-se a alteração da relação de parceria da (já vislumbrada) velha ordem, na medida em que os antigos parceiros tornam-se posseiros ou proprietários.

Consideramos que as diferentes categorias sociais que exprimem o campesinato são significativas porque descobrem rupturas do processo social em dois sentidos. No sentido estrutural, o aparecimento de cada nova categoria conduz à redefinição das anteriores, resultando na alteração das relações sociais que, originalmente, identificaram agregados e parceiros. No sentido de processo, cada nova categoria informa sobre a ruptura de uma ordem pré-existente e, portanto, sobre a transformação do modo como o campesinato continua a pertencer à estrutura social.

A proposta central do trabalho é que no Centro-Oeste existiram condições propícias à emergência de um campesi-

---

com seus estudos sobre a fazenda pecuária em Goiás. Os trabalhos de Tânia Maria Eleutério, Selma Duboc, Ana Luisa Sallas e Ângela Maria Baptista no município de Barra do Garças, M. T. e a elaboração dos projetos de pesquisa de Dayse Kinzo e Eurípedes da Cunha Dias sobre a colonização no norte de Mato Grosso vêm sendo igualmente valiosos para nós.

3 O termo proprietário, além de se referir ao titular de qualquer propriedade, incluindo o grande fazendeiro, identifica a categoria de pequenos produtores que são titulares das terras que exploram.

nato e que nenhuma das muitas e intensas transformações das estruturas sócio-econômicas regionais conduziu à sua dissolução, pelo fato de que, em todo momento, existiram terras livres, ou inexploradas, em espaços sociais propícios.

Nas condições de frente de expansão populacional desenvolve-se uma estrutura social camponesa baseada no complexo pecuário extensiva/agricultura de subsistência. As transformações regionais posteriores, que desencadeiam intensos processos de acumulação e diferenciação social, ameaçam a reprodução do campesinato mas são neutralizadas pela alternativa, sempre aberta, de ocupar socialmente novos espaços.

Partimos do pressuposto de que a existência de fronteiras internas favorece a reprodução do campesinato[4] para daí examinarmos, no interior das estruturas sociais do Centro-Oeste, os elementos que contribuem para essa reprodução.

Certamente, a existência de terras inexploradas é condição necessária na ocupação social de novos espaços, porém não é condição suficiente para que isto ocorra. Terras inexploradas existem não apenas nas chamadas fronteiras mas, também, nas regiões centrais, onde não existem condições de reprodução para o camponês. Parece-nos, então, que o problema a ser examinado é o significado que adquirem as terras inexploradas nas regiões de fronteira. Neste trabalho sugere-se que, em virtude da inexistência histórica de grupos locais com poder hegemônico a nível nacional e de formas institucionalizadas de repressão da força de trabalho, as terras inexploradas (mesmo que tituladas) se abrem para o pequeno produtor de alimentos como espaços potenciais a serem ocupados de maneira autônoma. A invasão de terras de terceiros por parte dos posseiros constitui-se nos últimos quinze anos, no mais notável dos exemplos.

O conflito entre o pequeno produtor e a grande propriedade agrária vem sendo assunto central na questão da ocupação das fronteiras nas últimas décadas. Porém, é claro que tal conflito não se restringe às fronteiras destas décadas, como fica evidenciado pelo fato de ele também se constituir no assunto central da discussão sobre o regime nacional de posse e uso da terra.

Do ponto de vista da prevalência de uma estrutura fun-

4 O argumento de que a existência de fronteiras internas favorece a reprodução do campesinato (Velho, 1976 e Sandroni, 1981) ou de tecnologias arcaicas (Furtado, 1972) ou, ainda, de formas de produção pré-capitalistas (Vianna, 1977 e Oliveira, 1976) vem sendo amplamente utilizado para explicar a particularidade do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

diária inadequada e do conflito decorrente, a ocupação do Centro-Oeste não apresenta, então, nenhuma particularidade, sendo possível afirmar que nela se reproduz o regime que vigora nas áreas de ocupação antiga. No entanto, a particularidade desta região vem a ser visível quando a análise se volta para as formas que são encontradas para lidar com o conflito tanto no campo simbólico quanto ao nível da ação.

Sugerimos que a forma particular da ocupação do Centro-Oeste, quando pensada pelos agentes da ação social, imprime particularidade, também, ao campo simbólico. Assim, a história do Centro-Oeste é simbolizada como se efetivando num espaço geográfico livre e seu conteúdo é visto como um processo em que migrantes tornam-se posseiros para serem, posteriormente, proprietários. Na representação, a posse é um momento na vida do proprietário, adquirindo, assim, caráter de transitoriedade e constituindo-se em poderosa motivação para ações auto-confirmatórias.

As ações para lidar com o conflito têm sido, crescentemente, mais de caráter legitimativo do que limitativo da pequena produção tanto por parte do Estado quanto por parte dos grupos locais dominantes. Conseqüentemente, a pequena produção familiar vem encontrando um espaço social relati*vamente favorável.*

A participação do Estado na ocupação do Centro-Oeste tem sido vista como um dos principais elementos a diferenciarem esta ocupação daquelas ocorridas em outras áreas de fronteiras como o Paraná (Graham e Hollanda, 1971). Nossos dados levam-nos a concluir que, efetivamente, para entender o robustecimento da pequena produção nessa região, é necessário tomar em consideração o papel que nela teve o Estado. Isto não quer dizer que o Estado se constitua numa força inequívoca de estímulo e apoio. Na verdade, os motivos da participação do Estado na ocupação do Centro-Oeste são bastante ambíguos (Esterci, 1972) e os propósitos e resultados das políticas dirigidas, especificamente, à pequena produção são, ao contrário, muito discutíveis. A participação do Estado no robustecimento da pequena produção não se encontra nas suas políticas explícitas e ainda menos na legislação agrária, mas sim no processo de encontrar soluções para situações que se lhe apresentam como fatos consumados. Neste processo, as soluções encontradas podem ser incompatíveis com as políticas e a legislação, mas se impõem como ações tendentes a reduzir o conflito agrário. Nestas novas soluções para o conflito, robustecedoras da pequena produção, não se deve ver sintoma algum de mudança estrutural no setor

agrário, mas, contrariamente, parece indicar uma ação governamental para a reforma, para uma mudança que, preservando o modo de produção existente, favorece o governo politicamente, ao mesmo tempo que traria benefícios econômicos reais. A nível local, que é onde se travam as verdadeiras lutas cotidianas, o apoio à pequena produção constitui-se em mecanismo de apoio popular e de isolamento das propostas oposicionistas. Além disto (ou, talvez, também no cerne da explicação), os resultados econômicos provenientes do financiamento à pequena produção autônoma vêm sendo extremamente satisfatórios para os fins de acumulação do modo capitalista de produzir.

Se o conflito entre a pequena produção e a grande propriedade é inerente ao regime nacional de posse e uso da terra e se a migração da pequena propriedade para as áreas de fronteira teve a utilidade (deliberada ou conjuntural) de reduzir o conflito, adiando sua eclosão nas áreas densamente povoadas de antiga ocupação, outras soluções deverão ser encontradas quando, uma vez na fronteira, já não é possível contar com mais fronteira[5].

Partindo da maneira como o campesinato tem pertencido às estruturas sócio-econômicas locais, dividimos seu processo histórico em três períodos. No primeiro deles a pequena produção leva-se a efeito no interior da fazenda, surgindo a figura do agregado que aparece como um segmento de uma estrutura social eminentemente camponesa. Num segundo período, sob o impacto da titulação das terras e da expansão dos mercados, observa-se um processo de diferenciação social que torna o pequeno produtor um parceiro sem autonomia quanto ao seu processo produtivo. No terceiro período, sob o impacto das migrações massivas e da capitalização da fazenda, a pequena produção se estabelece autonomamente, gerando a categoria de posseiro ou pequeno proprietário.

Certamente, esta periodização é verificável de maneira geral e apenas como modelo que tenta apreender um processo. Ela se aplica às localidades que, emergindo em qualquer momento do tempo, desenvolveram-se em torno do complexo pecuária extensiva/agricultura de subsistência e que

---

5 Note-se que dizer que não se conta com mais fronteira não é igual a dizer que não se conta com mais terra. De fato, mesmo nas áreas de antiga ocupação ainda se conta com mais terra. Fronteira usa-se, neste trabalho, num sentido sociológico, significando espaços sociais relativamente indiferenciados e em processos de incorporação à formação de classes nacionais. Nesta perspectiva, o conflito é inadiável não porque falte terra para ocupar mas porque faltam espaços sociais indiferenciados.

a partir da década de trinta começam a se vincular estreitamente aos mercados sulistas. Pode-se afirmar que mais de setenta por cento dos municípios existentes no Centro-Oeste até 1950 experimentaram esta trajetória. Porém, certa proporção dos municípios atuais escapa a ela, seja porque, mesmo sendo antigos, desenvolveram outros tipos de atividades, seja porque, sendo muito recentes, sua ocupação obdece a forças sociais e econômicas de outra índole.

Como os dados sistemáticos com que contamos procedem do estudo aprofundado de dois casos, Arraias em Goiás e Barra do Garças em Mato Grosso, desenvolveremos o trabalho referindo-nos a estes dois municípios.

## 1. ORIGENS

O Centro-Oeste tem uma longa história na qual o primeiro período de frente de expansão é o mais longo. Os primeiros assentamentos populacionais foram levados a efeito pelo fim do século XVII e, mesmo que o processo migratório posterior fosse contínuo, ainda na década dos trinta do presente século existiam populações migrantes organizando-se a partir da lógica da economia de excedente.

Os grupos humanos que em diferentes momentos abriram novas fronteiras não puderam reproduzir nelas a estrutura diferenciada de suas sociedades de origem. Ao contrário, como afirma Furtado (1959), involuíram, criando uma sociedade relativamente indiferenciada à qual Martins (1975) tem-se referido como frente de expansão populacional. A frente de expansão adquiriu a sua mais elaborada expressão no Centro-Oeste na organização produtiva da fazenda tradicional que era uma unidade doméstica que combinava, dentro de um único processo de trabalho, a criação de gado extensiva e a produção de alimentos pela técnica de coivara.

Devido ao fato de que a ruptura da frente de expansão e sua subseqüente incorporação na economia de mercado tem sua dinâmica em forças externas (particularmente, na ação desenvolvimentista do Estado) mais do que nas transformações no interior da frente de expansão, as sociedades baseadas na economia de excedente existiram por séculos, como no caso de Arraias, ou apenas durante algumas décadas, como em Barra do Garças. Na primeira localidade, o período se inicia no fim do século XVIII e, na segunda, na década dos vinte do presente século, terminando, ambos, em torno da década dos quarenta.

*Garimpeiros e fazendeiros*. A história inicial do Centro--Oeste é a história do desenvolvimento da fazenda tradicional que se instala independentemente, ou acompanhando o início, o desenvolvimento e o fim de todas as atividades extrativistas e se constitui na única fonte de atividade contínua e integradora. A mineração de ouro, em Arraias, e a de diamante, em Barra do Garças, apresentam duas características que são importantes para entender o papel da fazenda na ocupação da região.

Em primeiro lugar, a empresa mineradora, estabelecida onde quer que o minério fosse encontrado, teve de operar em espaços sociais vazios e, conseqüentemente, teve de estabelecer, também, atividades de subsistência e de criação de animais de carga. Esta circunstância resultou em que os próprios mineradores ou, mais freqüentemente, fazendeiros migrantes, desenvolvessem unidades auto-suficientes de produção de alimentos e animais. Em segundo lugar, as atividades de mineração deveriam ser efêmeras e, se bem que tivessem mobilizado populações para as localidades, não foram capazes de fixá-las. Diferentemente, a expansão da fazenda tradicional, que acompanha a mineração, deve ser vista como geradora de atividades que, não só mobilizaram, mas que fixaram as populações migrantes[6]. Pode-se concluir que, embora a mineração (e as atividades extrativas em geral) fosse incapaz de fixar, como tal, as populações, ela contribui, grandemente, para essa fixação, na medida em que estimulou o desenvolvimento da fazenda tradicional que, ao contrário daquela, poderia existir independentemente de qualquer outra atividade.

*Fazendeiros e agregados*. A julgar pela história oral, mesmo que o objetivo último das fazendas fosse a produção de animais de grande porte para comercialização, ela deveria produzir, também, alimentos para subsistência e o teria feito através dos agregados. O cultivo de alimentos significa para a produção de gado o que a fazenda significa para a mineração: ambas constituem produções de meios de subsistência e não

---

6 As fontes históricas encontram na mineração (desorganizada, individual e intermitente) o principal obstáculo à fixação da população no Centro--Oeste (Silva, 1935; Silva e Souza, 1949; Saint Hilaire, 1975a; Gardner, 1942; Paternostro, 1945; Castelnau, 1949 e Meireles, 1960). Porém, também apontam que, uma vez findo o período de máxima atividade, a população abandonava os centros de mineração, dispersando-se em grandes áreas e refugiando-se em atividades de subsistência (Saint-Hilaire, 1975b: 181; Gardner, 1942: 280 e Silva e Souza, 1971: 491). Aparentemente, o fim das atividades extrativistas não significou a despopulação da região, mas dos centros populacionais, conduzindo à mudança do padrão de assentamento de vilas para fazendas dispersas e auto-suficientes.

de objetos de comercialização. O agregado tem, assim, sua origem numa relação social que o torna produtor independente e não apenas força de trabalho das atividades pecuárias.

A afirmação de que o objetivo último das fazendas foi a criação de gado para o mercado, poderia levar a pensar que ali, também, se desenvolveram as relações sociais típicas dos sistemas empresariais latifundiários que produzem fazendo uso de formas de trabalho servis. Nestas situações, no interior da fazenda, encontram-se a figura do proprietário da terra e dono do capital e a figura do trabalhador que é, ao mesmo tempo, força de trabalho da empresa mercantil e produtor de seus meios de subsistência. Ainda que nem a burguesia nem o proletariado aparecem claramente realizados, o processo tende a evoluir para a separação nítida do capital e do trabalho, tornando o trabalhador rural em proletário, como foi o caso do Nordeste açucareiro. Num sentido restrito e estático, poder-se-ia dizer que esta era a situação no interior das fazendas, pelo fato de o fazendeiro migrante ser um homem que contava com recursos financeiros para ocupar terras devolutas, iniciando a criação de gado e organizando sua produção com o objetivo de torná-la uma mercadoria, fazendo uso da força de trabalho de agregados que o acompanhavam no momento da migração, ou se somavam, posteriormente, à fazenda.

Porém, tomando em consideração a organização da produção no interior da fazenda e a trajetória social dos trabalhadores, a situação do Centro-Oeste, durante este primeiro período, difere da situação típica dos sistemas empresariais latifundiários, sendo melhor entendida quando é vista como aquela situação típica das frentes de expansão.

Martins (1975: 46-47) refere-se à frente de expansão como uma ocupação demográfica baseada numa economia que, mesmo não podendo "ser classificada como economia natural, pois dela saem produtos que assumem valor de troca na economia de mercado, também não é uma economia que encontra seu dinamismo no mercado. Trata-se, acrescenta ele, "de uma economia do excedente, cujos participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades... A frente de expansão se integra na economia de mercado... pela produção de excedentes que se realizam como mercadoria na economia de mercado... Todavia, as relações sociais fundamentais não são determinadas pela produção de mercadorias... O que caracteriza a frente de expansão é justamente o uso privado das

terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadorias. Por isso a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro".

Desta perspectiva, o fazendeiro e o agregado são apreendidos como categorias sociais de uma estrutura social relativamente indiferenciada que se apóia na economia de excedente como forma de organização das unidades produtivas e que poderia ser considerada um subtipo camponês. Se for assim, tanto fazendeiros quanto agregados deste primeiro período deveriam ser considerados camponeses que, sob condições específicas posteriores, tornar-se-iam empresários capitalistas, pequenos empresários e proletários.

O conceito de economia de excedente de Martins difere do conceito de economia de subsistência em dois sentidos relacionados. Por um lado, implica a produção deliberada de mercadorias, de maneira que o produto que chega ao mercado é o total da produção que foi produzida com esse objetivo. Por outro lado, o bem destinado à comercialização é produzido com os fatores que excedem a produção de subsistência, de maneira que não se leva para o mercado o que sobra do consumo doméstico, mas o que foi produzido com os fatores excedentes da produção para o consumo doméstico. Visto desta perspectiva, o conceito nos é útil, na medida em que permite apreender a fazenda como uma unidade produtiva total que produz gado, deliberadamente, para o mercado, utilizando-se dos fatores que excedem a produção dos gêneros de subsistência.

A fazenda tradicional não deve ser pensada, simplesmente, como uma unidade de produção de gado. Nela se executava um processo de trabalho complexo que incluía a produção de gado, propriamente dita, a produção de alimentos e o processamento dos mesmos. Ela era uma unidade composta por vários grupos familiares que participavam de um mesmo processo de trabalho e, como se fosse um único grupo doméstico, também produzia para a própria subsistência. Seria um erro supor que o fazendeiro e sua família eram membros ociosos. Tanto eles quanto os agregados, costumeiramente referidos como a força de trabalho de fazenda, participavam ativamente no processo de trabalho. Isto quer dizer que o fazendeiro era, ao mesmo tempo, o dono dos recursos econômicos e parte da força de trabalho.

As relações entre o fazendeiro e os que cultivavam a terra assumiam formas de intercâmbio recíproco. Em termos puramente econômicos, o agregado garantia os meios de sobrevivência, produzindo alimentos, e o fazendeiro tornava pos-

sível esta atividade, não pelo fato de permitir acesso à terra — que era abundante, devoluta e despovoada —, mas pelo fato de prover instrumentos e outros objetos manufaturados de primeira necessidade adquiridos através da renda monetária advinda da comercialização do gado.

Pela maneira como a pequena produção de alimentos se inseria na fazenda, dificilmente se poderia identificar nos pequenos produtores a servidão em vias de proletarização. Suas relações com o fazendeiro eram relações de produção medidas por relações político-institucionais de cooperação mútua e não de servidão. Nas frentes de expansão demográfica, a pequena produção não tem de ser cativa por motivos político-institucionais — como o regime de posse e uso da terra —, mas se torna cativa por razões de maximização dos recursos monetários[7]. Concretamente, o pequeno produtor, carente de recursos monetários, "opta" por produzir vinculado a um fazendeiro porque os produtos agrícolas, diferentemente do gado, não poderiam atingir os mercados distantes para gerar uma renda monetária. Em condições de abundância de terras, dependência do mercado como fonte de meios de produção e ausência de mercados locais[8], é a renda monetária escassa e não fatores institucionais o que explica o cativeiro da pequena produção.

Desta maneira, o trabalhador migrante sem recursos monetários converteu-se em pequeno produtor de alimentos para o consumo da fazenda, sob contrato verbal estabelecido com o trabalhador migrante com recursos monetários que, por sua parte, forneceria ferramentas e meios de subsistência adquiridos nos mercados distantes. Desta perspectiva, a produção de gado aparece existindo para propiciar a produção de alimentos, em vez de ser o inverso. Porém, uma tal afirmação seria simplista, porque não se tratava de uma dessas produções existir em função da outra, mas de que uma não existiria

7 A pequena produção poderia ter-se constituído, desde o início, como uma unidade de produção diferente, separada da fazenda, se a colonização tivesse sido organizada pelo setor público. Porém, o fato é que a ocupação das fronteiras novas foi, via de regra, uma atividade exclusivamente privada, uma alternativa à ação estatal na ocupação do território. Delegada à iniciativa privada, a ocupação das fronteiras novas se inicia sem a infra-estrutura necessária para dar apoio aos migrantes. Este apoio era fornecido, precariamente, pelos migrantes que contavam com recursos monetários e, portanto, eram capazes de oferecer uma infra-estrutura mínima para que a produção se realizasse.

8 As atividades extrativas sempre abriram mercados locais para os produtos agrícolas, porém, pela instabilidade destas atividades, tratava-se de mercados ocasionais.

sem a outra. Por um lado, a pequena produção de alimentos, em circunstâncias adversas de mercado — e ela sempre necessita de mercado — foi incapaz de desenvolver-se como atividade autônoma e refugiou-se na produção de gado. Por outro lado, a produção de gado só seria possível, contando com um fornecimento próprio de meios de subsistência e de força de trabalho.

*O processo de trabalho*[9]. A interdependência entre o cultivo e a criação não se dava apenas no âmbito da subsistência e do mercado, mas, também, no próprio sistema tecnológico. A produção de gado e de alimentos levava-se a efeito através de um único processo de trabalho, cuja lógica era reduzir ao mínimo o trabalho, maximizando o uso dos recursos naturais. Se, no primeiro período da ocupação, este processo de trabalho se apresenta como um meio de maximizar os recursos disponíveis, no segundo período, será utilizado para contar com uma reserva de força de trabalho que, ao mesmo tempo, fosse capaz de se auto-reproduzir.

Tem-se afirmado que as técnicas extensivas na agricultura pré-industrial exigem menos trabalho do que as técnicas intensivas. Entre os autores que têm lidado com este problema, Boserup (1970) nos oferece uma argumentação adequada para entender o processo de trabalho da fazenda. Ela afirma que a alta taxa de densidade populacional é o fator mais importante na adoção de técnicas mais avançadas e que, inversamente, em áreas menos densamente povoadas, as técnicas agrícolas tendem a ser mais primitivas. Ela explica estas tendências com o fato de que, sendo estas últimas técnicas mais produtivas por homem-hora, não seria racional a utilização de técnicas avançadas.

A partir desta perspectiva, poder-se-ia dizer que o complexo pecuário extensiva/agricultura de coivara foi adotado pela fazenda devido à sua alta produtividade por homem--hora. Em outras palavras, em condições de recursos naturais abundantes e limitada força de trabalho, este complexo tecnológico constituiu-se na opção mais econômica para o conjunto reduzido de homens e mulheres que ocupavam as novas terras. Nas suas origens, este processo de trabalho foi adotado por ser maximizador dos recursos face às circunstâncias, não servindo a propósito de apropriação do trabalho do pequeno produtor de alimentos. Porém, em condições futuras de pro-

9 Os dados para o estudo do processo de trabalho procedem de fontes históricas, da história oral e do estudo aprofundado de casos no município de Arraias.

priedade da terra e de ampliação de mercados, sua lógica potencializaria a subordinação e apropriação da força de trabalho do produtor de alimentos na medida em que consistia em reduzir o trabalho necessário para garantir a subsistência.

Os agentes sociais da frente de expansão fizeram uma segunda opção racional quando combinaram a agricultura de coivara com a pecuária extensiva. A primeira atividade não dependia, tecnologicamente, da segunda porque, por definição, a agricultura de coivara não necessita de fertilização adicional dos solos, mas a pecuária extensiva depende da agricultura de coivara. Em primeiro lugar, os resíduos da colheita forneciam forragem no ponto mais crítico da estação seca. Entre o começo do mês de agosto e o fim de outubro, quando desaparecia a maior parte da pastagem natural, os campos plantados que deveriam iniciar seu período de pousio eram utilizados para alimentar o gado. Estes campos continham não só os resíduos secos das plantas de arroz, milho e feijão, mas, também, plantas verdes, como mandioca, algodão e cana-de-açúcar. O fato de que boa parte do rebanho era vendido "antes da seca" mostra que os resíduos das colheitas não eram suficientes para alimentar os rebanhos durante esta severa estação; no entanto, também mostra quão importantes eram as roças dos agregados na determinação do número de cabeças que poderia ser conservado para engorda e reprodução.

Em segundo lugar, os agregados desmatavam anualmente novos campos de cultivo que, depois de três ou quatro anos agriculturáveis, se converteriam, sem qualquer trabalho adicional, em pastagens favorecidas pela ausência de sombreamento. Estas pastagens poderiam ser utilizadas, também, sem qualquer cuidado adicional, antes de serem resgatadas pela vegetação arbórea. Desta maneira, o desmatamento da floresta, feito pelos agregados, servia tanto aos propósitos de produção de alimentos quanto de produção de pastagens e forragens. Porém, e este é um ponto crítico, a produção de forragens e pastagens se constituía em um subproduto das técnicas de cultivo sem lhe disputar os fatores de produção nem dificultar a realização do ciclo agrícola.

O cultivo e a criação eram efetuados dentro de um único ciclo rotativo que se apoiava no uso ilimitado dos recursos naturais. Dependendo da capacidade do solo de recuperar sua vegetação natural, o ciclo completo tinha uma duração que variava entre quinze e trinta anos. Depois do desmatamento, a utilização do solo era sempre a mesma: dois anos de cultivo pleno, um ano de colheita de mandioca e outras variedades

residuais e três anos de utilização como pastagem. O período de pousio (excluído o período de pastagem que também poderia ser considerado pousio) variava entre, aproximadamente, doze anos nas várzeas, dezessete anos nos solos de mata e vinte e cinco anos nos solos mais áridos dos capões.

Como se pode apreciar, a proporção do ciclo sob utilização efetiva da terra era muito pequena (entre 19 e 33 por cento, aproximadamente) em relação à grande proporção daquela parte "trabalhada" pela natureza para tornar possível um breve tempo de exploração.

Mesmo que os agregados cultivassem muitas variedades nas suas roças, a técnica e a realização das atividades eram determinadas, em grande parte, pelos cuidados requeridos pelo arroz, milho e mandioca. Devido ao fato de que a mandioca alcança sua máxima produtividade no fim do segundo ano, depois de plantada e continua a produzir ainda no terceiro ano, a duração do ciclo agrícola era determinada por esta planta.

O tamanho das roças era, aparentemente, em torno de três tarefas (1.32 ha.), sendo que as famílias estabelecia uma nova roça cada ano. Isto significa que cada família mantinha em torno de quatro hectares sob utilização anual. É provável que o tamanho da parcela cultivada estivesse mais relacionado com as necessidades de renovar as pastagens do que com a composição familiar. Entretanto, poder-se-ia esperar uma variação em rendimento por tarefa decorrente das variações da composição do grupo doméstico.

A preparação da terra, particularmente o desmatamento, é considerada a atividade que exige mais trabalho na agricultura de coivara. Os casos estudados suportam esta afirmação só quando o primeiro e o segundo anos de cultivo são analisados separadamente (com ciclos agrícolas diferentes). Enquanto a preparação da terra numa roça de três tarefas exigia sessenta e sete homens-dia no primeiro ano de cultivo, no segundo ano, requeria apenas treze homens-dia. Porém, quando o primeiro e o segundo anos de cultivo são analisados conjuntamente (como um mesmo ciclo agrícola), a preparação da terra constituía, apenas, 32.6 por cento do total da força de trabalho, enquanto as atividades de plantio e colheita ocupavam 67.3 por cento desse total. Isto sucede porque as limpas das roças do segundo ano exigem um grande investimento de trabalho e porque a colheita e processamento da mandioca envolvem, também, trabalho intensivo (Suárez, 1978: 92-95).

A produção agrícola era uma atividade do grupo doméstico, mas não consumia toda sua força de trabalho. **Muitos**

dias do ano eram, da perspectiva da atividade agrícola, dias inativos[10]. A lógica do processo de trabalho encontra-se, justamente, no fato de que o grupo doméstico dispunha de trabalho excedente. Em outras palavras, a razão do processo de trabalho era economizar o tempo de trabalho necessário para produzir alimentos. Esta razão se atualizava através da fertilização dos solos com os nutrientes armazenados na floresta e do controle das espécies daninhas pela utilização da terra em apenas dois anos consecutivos. Sem o acesso anual à floresta virgem ou bem recuperada, os agricultores de coivara não teriam tido um excedente de força de trabalho doméstico.

Com efeito, o grupo doméstico se constituía em um verdadeiro potencial de mão-de-obra capaz de se auto-reproduzir.

*Elementos de diferenciação na estrutura social da frente de expansão.* Como foi observado, a fazenda se organizava em torno de uma economia de excedente na qual, com um mesmo processo de trabalho, produziam-se alimentos para subsistência e gado para o mercado. Este último teria sido produzido na sua totalidade como uma mercadoria: seria o bem produzido com o objetivo de obter uma renda monetária na esfera da circulação. Esta renda monetária permitia a reprodução do processo produtivo local em escala simples. O gado era produzido e vendido como uma mercadoria, mesmo que essa transação econômica não significasse a produção de um novo valor, por várias circunstâncias, entre as quais se contam as dificuldades de comunicação com os mercados distantes e, principalmente, pelo reduzido gasto de trabalho requerido pela pecuária extensiva. Poder-se-ia dizer que o fazendeiro enriquecia, acumulava riqueza, mas, dificilmente, se poderia dizer que acumulava capital. A acumulação capitalista é definida pelo tipo de relação social envolvida na produção da riqueza e não pela magnitude da riqueza. A fazenda de pecuária extensiva que utilizava um mínimo de gasto de trabalho, uma vez que seu principal fator de produção eram os próprios recursos naturais, podia produzir riqueza sem que, no entanto, essa riqueza incorporasse o valor de um trabalho não pago. É certo que a fazenda não poderia existir sem a pe-

10 A partir de dois casos estudados, verificou-se que o total de trabalho investindo durante o ciclo agrícola foi de, aproximadamente, 255 homens-dia. A mulher e os filhos crescidos foram responsáveis por 98 homens-dia, enquanto o chefe de família contribuiu com 157 homens-dia. Desde que o ano tenha aproximadamente 245 dias úteis e o chefe de família só trabalhou 157 dias, nota-se que 88 de seus dias disponíveis foram dias inativos no trabalho doméstico.

quena produção de alimentos, mas a riqueza do fazendeiro se realizava na comercialização do gado e não na sua produção nem na produção de alimentos. Mercados limitados, o confinaram à pobreza durante a maior parte deste período.

Nas frentes de expansão, a terra é um bem natural cujo valor está determinado pelo uso que dela se faz e não pelo que vale no mercado. Desta maneira, o acesso à terra não se encontra mediado pela propriedade, mas pela simples ocupação, resultando em que fazendeiros e trabalhadores não se distinguissem quanto à forma de acesso à terra. Durante o período de expansão e em sentido estritamente legal, todos êles eram ocupantes de terras devolutas. Porém, esta igualdade inicial não garantiria a mesma trajetória social devido, principalmente, à intervenção do Estado, regulamentando a ocupação.

A ocupação do Centro-Oeste por fazendeiros e extrativistas é uma iniciativa privada que antecede a ação governamental. Os fazendeiros provenientes de Goiás, Minas Gerais, São Paulo e os Estados nortistas e nordestinos migram em busca de terras devolutas menos valorizadas que fossem, ao mesmo tempo, adequadas para a criação extensiva de gado. Os extrativistas saem de seus locais de origem à procura de riquezas naturais. Em ambos os casos, a mobilização populacional é motivada pela apropriação de recursos naturais disponíveis e não pela ação governamental.

A ausência do Estado e a marginalidade da economia permitiram que a região desenvolvesse uma grande autonomia social e política. A pobreza da economia inibia a ostentação material e as diferenças de classe. A despeito das diferenças étnicas e da escravidão, dentro da fazenda emergiu uma estrutura estratificada com base no prestígio social, porém, carente dos elementos necessários da diferenciação social. Como Sodré (1941: 131) aponta, "no regime pastoril, de insignificantes ganhos... a servidão não é uma carga, não assume formas brutais... mas têm o caráter de dependência mútua entre o trabalhador e o senhor..."

O fazendeiro estabelecia o vínculo com o Estado, tornando-se, em tempo hábil, um coronel pecuarista. Porém, suas habilidades individuais e as relações que fosse capaz de estabelecer com "seus homens" eram a base de sua liderança. O financiamento da produção, a parceria pecuária e o direito do vaqueiro de usar as pastagens, como também o direito do agregado de utilizar os melhores solos, eram parte das relações que a liderança exigia. Nada semelhante à proletarização

da força de trabalho foi observado durante o século XIX, nem mesmo durante as primeiras décadas do século XX.

Será a partir da década de trinta deste século que o Estado intervirá decisivamente no processo de ocupação através de medidas tendentes a regulamentar a propriedade e, posteriormente, a desenvolver, economicamente, a região.

Na década de quarenta, inicia-se a titulação das terras devolutas, adotando-se um procedimento que, no que concerne ao agregado, resultou, imediatamente, na expropriação e, mediatamente na invasão de terras de terceiros.

Dizíamos que a igualdade inicial de acesso à terra entre fazendeiros e agregados não garantiria a mesma trajetória social. De acordo com o código legal que entrou em vigor, as terras ocupadas, originalmente, se converteriam na posse dos migrantes com recursos monetários, os únicos autorizados a reivindicar seus direitos sob a alegação de haverem criado a infra-estrutura necessária à produção. Desta maneira, os fazendeiros tornaram-se proprietários ou, pelo menos, posseiros "legítimos", enquanto os produtores de alimentos foram expropriados. Certamente, nem todos os fazendeiros conseguiram conservar suas terras porque, chegado o momento da valorização das mesmas, muitos perderam suas posses, ou mesmo a propriedade, em circunstâncias litigiosas, ou para cobrir débitos bancários. A mesma restrição pode ser feita no que se refere ao trabalhador expropriado, que ainda teria oportunidade de ocupar novas terras. Porém, duas condições regulamentando a ocupação das terras, foram institucionalizadas em todas as localidades no fim deste período: a propriedade como condição de acesso à terra e o investimento em infra-estrutura como condição de propriedade. É por isto que a luta do posseiro é levada a efeito tanto no âmbito de sua unidade de produção, quanto no âmbito social mais amplo. No primeiro, a luta consiste em criar infra-estrutura e, no segundo, em tornar-se titular das terras em uso. Sua luta é tão prática quanto estatutária.

A sociedade criada pelo homem da frente de expansão foi uma sociedade que se aproxima mais das formações camponesas do que dos sistemas latifundiários capitalistas tanto pela forma como se organizava a produção quanto pela estrutura social indiferenciada decorrente. Não existiram condições para a emergência de uma classe latifundiária capaz de capitalizar com base na renda fundiária ou na renda trabalho, nem, conseqüentemente, uma classe de trabalhadores subordinados ao capital. Esta sociedade é melhor entendida como sendo um campesinato pecuarista.

Como se verá oportunamente, a transformação da economia de excedente para uma economia de mercado, gerando um processo de diferenciação social no interior do campesinato, transformou alguns fazendeiros em poderosa burguesia local e os produtores de alimentos em força de trabalho assalariada. Porém, nessa transformação, também terá lugar a reprodução do produtor de alimentos não mais como um camponês mas como produtor mercantil com acesso ao capital.

## 2. MERCADOS E CATIVEIRO

A pobreza da fazenda pecuária começa a perder suas feições já no início deste século na medida em que a economia de mercados, avançando concentricamente na região, aproxima-se das frentes de expansão. Porém, é a partir da década de trinta, sob o impacto da industrialização do Centro-Sul, que se observa uma ruptura na ordem das frentes de expansão. Um intenso processo de diferenciação social no interior das mesmas configurará um campesinato cativo à fazenda, através de relações de parceria.

Este período transcorre entre 1930 e 1960 aproximadamente e tem as feições dos momentos de transição nos quais encontram-se presentes tanto elementos do período anterior, quanto aqueles de uma nova ordem. As relações de trabalho na fazenda se alteram profundamente, mas a produção de alimentos continua dentro dela. A pecuária e a produção de alimentos continuam inseparáveis, reproduzindo o complexo tecnológico pecuária extensiva/agricultura de subsistência. Mas, não se trata agora da continuidade da economia de excedente porque a fazenda orienta-se crescentemente para a produção comercial de alimentos que, com as novas vias de comunicação terrestre, poderiam ser escoados mais facilmente para os mercados distantes. Carentes de capital, os novos proprietários rurais se utilizam da parceria agrícola, transferindo ao trabalhador parte dos custos da produção. Com isto, o agregado, ainda no interior da fazenda, deixa de ser um camponês livre para converter-se em força de trabalho com capacidade auto-reprodutora.

Entre 1950 e 1960 a população regional aumenta de 1.736.965 para 3.006.866 habitantes. Aparentemente, esta população ajustou-se, em parte, ao modo de ocupação do período anterior, sendo que a maioria dos imigrantes eram fazendeiros e produtores de alimentos cativos através da parceria ou de relações de trabalho similares a ela. Mas nesta

década surgem também os primeiros aglomerados de ocupantes de pequenas glebas, apontando já para a ocupação territorial pela pequena produção autônoma que, nas décadas seguintes, tornar-se-ia a modalidade de ocupação rural dominante em relação ao volume de população que incorpora.

Outro dos elementos novos deste período é a apropriação das terras devolutas e baixos preços mas, mesmo assim, fora do poder aquisitivo do pequeno produtor de alimentos. Aparentemente, durante este período não só se titularam terras efetivamente ocupadas pelas fazendas, mas também, e principalmente, terras inexploradas que, na sua maior parte, continuariam nesta condição até a década de sessenta, quando começaram a ser ocupadas por pequenos produtores de alimentos e pela expansão de uma nova fazenda pecuária apoiada em incentivos fiscais e baseada em tecnologia avançada. Com efeito, foi esta titulação (ou outorgamento legal de direitos de posse sobre terras inexploradas), de caráter especulativo, o que deu lugar ao grileiro e ao presente conflito entre a grande propriedade fundiária e a pequena produção.

Esta é uma luta pelo acesso à terra que encontra sua legitimização em princípios culturais. Na perspectiva do pequeno produtor e também do fazendeiro da fase de expansão, o "ser posseiro" não é um estado definitivo nem ilegal, mas um momento legítimo na trajetória do proprietário. Ser posseiro implica a ocupação da terra e sua titulação posterior e, por isso, a propriedade fundiária estabelecida pela ocupação efetiva na fase de expansão é perfeitamente legítima para todos. Ao contrário, o latifúndio estabelecido diretamente pela titulação — ou pelo outorgamento de direitos de posse sem a condição de ocupação — é visto como uma aquisição ilegítima.

Estes princípios culturais servem, igualmente, ao posseiro para legitimar seu direito à propriedade. As terras inexploradas da década de sessenta não eram mais terras devolutas, mas propriedades estabelecidas diretamente pela titulação ou pelo outorgamento de direito de posse sem ocupação prévia. Para os posseiros, trata-se de adquisição ilegítima e, como tal, terras consideradas devolutas a serem ocupadas para torná-las propriedade.

*Mercados locais e distantes.* Além de estimular a titulação das terras, o Estado se fez presente na criação de infraestruturas que, mesmo modestamente, acompanharam a legitimização ideológica do Estado Novo de ocupação efetiva do território nacional. Com o objetivo de expandir o povoamen-

to instalaram-se colônias[11] e criou-se a Fundação Brasil Central. Também, constituiram-se e completaram-se vias férreas e de rodagem que, igualmente, estimularam a migração e intensificaram o comércio inter e intra-regional.

O objetivo manifestado da Fundação Brasil Central, criada em outubro de 1943, era "o desbravamento e a colonização das regiões do Brasil central e ocidental, notadamente as dos altos rios Araguaia e Xingu"[12]. Porém, como Meireles escreve (1960: 27), este empreendimento governamental "pareceu, a muitos, iniciativa, além de pouco clara em seus objetivos e propósitos, inoportuna..." Parece bastante claro que existiram objetivos não explícitos de caráter político que eram, pelo menos, mais importante para o Estado do que o objetivo explícito de colonização e desbravamento (Esterci, 1972). Mas, quaisquer que fossem as razões subjacentes à criação da Fundação Brasil Central, sua atuação resultou no estabelecimento de infra-estruturas públicas que serviram de apoio às populações já existentes e estimularam a migração de novos contingentes populacionais. Sob seu impulso, Barra do Garça foi beneficiada com o estabelecimento de escolas, oficinas de vários tipos, o hospital e campo de pouso de Aragarças e com a estrada de rodagem Uberlândia-Aragarças. Estas realizações podem parecer extremamente modestas no momento atual, mas na situação de isolamento de uma fronteira de expansão constituiram-se em benefícios sociais reais (e os únicos existentes) para as populações migrantes, além de estimular localmente o processo de diferenciação social.

A participação do Estado na ocupação do Centro-Oeste coincide com o desenvolvimento industrial urbano do Centro-Sul e são estas forças as que, em última instância, rompem a ordem social da frente de expansão, mediadas pela abertura de novos mercados e ampliação dos velhos.

O fim do isolamento conduziu também ao robustecimento das vilas, especialmente as sedes municipais. Estes novos agregados humanos se constituiram em verdadeiras freguesias locais para quem produzisse alimentos. Mas os mercados externos foram a principal motivação para aumentar a produção tanto de alimentos quanto de gado. A fazenda, descapitalizada, responde a esta oportunidade com os recursos com que contava, e continua a produzir gado e alimentos, ma-

---

11 Nos solos férteis do sul de Goiás e Mato Grosso se desenvolveram verdadeiras frentes pioneiras estimuladas pela colonização do governo federal.
12 Estatutos da Fundação Brasil-Central; Art. 20.

ximizando os recursos naturais e o excedente de força de trabalho disponível nos grupos domésticos.

Quando a venda de alimentos passou a ser de interesse de fazendeiros e cultivadores, os primeiros procuraram a subordinação do trabalho dos segundos, enquanto para estes se abria a possibilidade de realizar sua atividade de modo autônomo. Vários fatores favoreceram os objetivos dos fazendeiros e, durante várias décadas (incluindo a presente, nas regiões mais afastadas), a produção de alimentos comercializáveis leva-se a efeito mediante a parceria, na qual o dono da terra participa financiando o total ou parte da produção e o parceiro fornece o trabalho e deixa as pastagens plantadas. Na medida em que o processo de trabalho era executado pelo parceiro, o proprietário delegava o controle sobre grande parte do processo produtivo. Mesmo que seu ganho seja evidente, porque, por um lado, socializava os riscos na produção de alimentos e, pelo outro, garantia a produção das pastagens sem custo algum, a delegação desse controle não era totalmente satisfatória, porque os alimentos produzidos também deveriam ser socializados e o ritmo de formação das pastagens tornava-se lento.

O fato de que nem para o cultivador nem para o proprietário esta situação fosse satisfatória é muito significativo para entender as transformações posteriores e a razão pela qual este período parece mais transicional do que uma ordem social cristalizada. As razões pelas quais os fazendeiros optaram pela parceria são bem compreensíveis dadas suas limitações de capital, mas as razões pelas quais os agregados aceitaram o cativeiro já não são tão óbvias.

A titulação pode ser apontada como um dos elementos que contribuiram para evitar a separação da pequena produção das fazendas, mas apenas parcialmente, por haver permitido que os fazendeiros pudessem subordinar o trabalho através do controle da propriedade. Ao considerar-se que existiam terras inexploradas que no fim do período seriam invadidas e também mercados para a produção, cabe perguntar-se porque a pequena produção aceitou a subordinação dentro das fazendas. A falta de recursos financeiros para iniciar a atividade autonomamente e o controle dos fazendeiros sobre o escoamento dos produtos poderiam explicar em parte. Além disto, deve ser considerado o fato de que durante o primeiro período haviam-se consolidado padrões de relações pessoais baseados na ajuda mútua e na lealdade que poderiam continuar mediatizando as relações de trabalho. Porém, o elemento mais importante foi, a nosso ver, de caráter político, ex-

pressando-se, por um lado, na incipiente compreensão das transformações que se estavam levando a efeito (para a qual contribuiam grandemente os padrões de relações pessoais herdados do primeiro período) e por outro, a ausência de espaço social para a luta que significaria a invasão da terra (espaço que se criaria posteriormente quando o contingente de migrantes-posseiros torna vultosa a demanda por acesso livre à terra).

*Mudanças no processo de trabalho*[13]. O aumento populacional não alterou a relação homem/terra ao ponto de impedir a continuidade do mesmo processo de trabalho. Duas das características básicas deste processo permaneceram inalteradas: o uso extensivo dos recursos naturais e o uso da terra na produção de alimentos, seguido pelo seu uso como campos de pastagens. Igualmente, sua lógica não só foi conservada, mas atualizada até seus últimos limites.

Porém, novas técnicas foram introduzidas e os ciclos alterados. A produção de alimentos continuou a realizar-se com a mesma extensividade[14], mas as pastagens passaram a ser cultivadas e conservadas com técnicas mais modernas e, conseqüentemente, a duração do período de uso da terra como pastagens passou a obedecer mais à capacidade de investimento de insumos do que ao processo natural de recuperação

---

13 O entendimento das mudanças ocorridas no processo de trabalho foi extremamente favorecido pela circunstância de que a integração de Arraias na economia de mercados foi uma das mais tardias e aceleradas, permitindo-nos observar, entre 1972 e 1977, lampejos da velha ordem da frente de expansão dentro de um espaço social no qual prevalecia a produção para o mercado através da parceria. Arraias foi selecionada para estudo porque procurava-se uma unidade de observação com características de frente de expansão. Localizada a 400 quilômetros ao norte de Brasília, era, entre os municípios emergidos durante a mineração de ouro, o menos desenvolvido economicamente e, entre estes, o de mais baixa densidade demográfica. O primeiro trabalho de campo foi realizado em 1972, quando, nas regiões centrais do município, as fazendas se encontravam em pleno uso da parceria. Mesmo que a transformação social tivesse ocorrido várias décadas atrás, nas regiões mais isoladas (nas margens do rio da Palma, por exemplo) ainda existiam fazendas organizadas à maneira da velha ordem e a história oral era rica em informações porque transmitia uma experiência vivida. O último trabalho de campo foi realizado em 1977, quando nas regiões centrais do município a fazenda começava a se capitalizar e nas regiões mais isoladas começava a operar a parceria.

14 Das 44 roças observadas em Arraias quando a abertura dos mercados tornou o agregado em parceiro, apenas uma encontrava-se no seu quarto ano de cultivo e só quatro tinham sido estabelecidas a partir do desmatamento de florestas não recuperadas, isto é, apenas 11 por cento eram roças menos favorecidas pelo período de pousio. O resto eram roças estabelecidas no que foram florestas virgens ou recuperadas e se encontravam no máximo no seu terceiro ano de cultivo.

da vegetação arbórea. Em outras palavras, o uso intensivo do solo para o cultivo do capim procedia com base no seu uso extensivo para produzir alimentos. Mesmo assim, este fato não deve conduzir a subestimar o valor da produção de alimentos. A partir da observação do processo de trabalho aprecia-se quão enganoso é pensar que o único ou principal interesse do fazendeiro fosse o estabelecimento de pastagens. Desta perspectiva aprecia-se cabalmente a importância do cultivo de alimentos (particularmente arroz) não apenas como meio direto de reproduzir a força de trabalho mas também com fins de comercialização.

As alterações do sistema tecnológico não se deram uniformemente, mas variaram em intensidade e qualidade de fazenda para fazenda. No entanto, em todas elas a mudança tecnológica resultou no aumento da área cultivada com alimentos (e conseqüentemente, também, na área de pastagens) e na redução do tempo de trabalho destinado à produção de subsistência do grupo doméstico. Estes resultados foram possíveis através de dois arranjos técnico-econômicos principais.

Nas zonas onde predominava a vegetação de cerrado e onde os solos mais férteis se encontravam nas várzeas, mantinham-se dois ciclos agrícolas. Um deles operava exclusivamente nas "roças dos agregados", em tudo idêntico ao ciclo agrícola tradicional, exceto por duas alterações. A primeira era o deslocamento destas roças das várzeas para os capões. A segunda, a redução da área desmatada de três para uma tarefa (0,44 ha) anual, permitindo-se ao agregado o usufruto permanente de três roças e o cultivo de mandioca e outras variedades de longa duração, mas aumentando o excedente de força de trabalho doméstico pela diminuição da área cultivada.

A força de trabalho assim subempregada participava de um segundo ciclo agrícola, realizado em amplas áreas nas várzeas, onde, no primeiro ano de cultivo, plantava-se arroz e pastagens, de modo que depois da primeira colheita de arroz a área transformava-se em campos de pastagem. Nestes casos, os agregados entravam na relação de parceria, mas também na de assalariamento. Devido a um convênio de produção de arroz em meação que se estabelecia entre o proprietário e o agregado, o primeiro entregava a terra desmatada e limpa e, no trabalho para este fim, o segundo participava como assalariado. A partir da plantação das sementes, o agregado passava a assumir o papel de meeiro, pagando a renda da terra em forma de renda-produto (50 por cento da produção de arroz) e em forma de renda-trabalho (plantação

de capim). Posteriormente, o trabalho requerido para a conservação das pastagens (limpa e conservação dos cercados) era realizado pelos agregados também a troco de salário.

O segundo arranjo técnico-econômico foi observado nas zonas com vegetação de matas densas, onde a maior parte dos solos das fazendas era fértil. Nestas condições naturais o ciclo agrícola tradicional, que beneficiava o agregado, foi totalmente eliminado e substituído por um ciclo de dois anos de cultivo de alimentos seguidos pela implantação de pastagens.

Os proprietários cercavam com arame e derrubavam a floresta das áreas que deveriam ser abertas ao cultivo de alimentos durante dois anos. Eles ofereciam estas áreas para os agregados em parcelas que variavam entre 7 e 9 hectares ao mesmo tempo em que facilitavam o financiamento para a produção do primeiro ano. O retorno de seu investimento era o direito a 50 por cento da colheita do primeiro ano. Durante o segundo ano de cultivo, os agregados não recebiam qualquer auxílio financeiro e o total da colheita lhes pertencia, mas deveriam deixar a pastagem plantada. Os agregados explicavam claramente este arranjo, dizendo que "a gente só pode botar roca à condição de pagar renda ou plantar o capim".

Devido a que os rebanhos pastavam nas roças durante o período que transcorre entre o fim da primeira colheita e o início do segundo plantio, os agregados não podiam mais cultivar mandioca e reduziam as variedades a arroz, milho e outros cultivos anuais de menor importância. A ruptura da economia auto-suficiente fez do agregado um trabalhador dependente dos produtos adquiridos no mercado e, portanto, o fez dependente do dinheiro do salário.

As transformações nas zonas de mata foram numerosas e profundas mas, para os propósitos deste trabalho, é importante reter apenas as mudanças na área cultivada. Os agregados recebiam financiamento para aquisição de sementes e instrumentos e para pagar força de trabalho adicional à do grupo doméstico, porque o tamanho da área cultivada durante o primeiro ano requeria uma disponibilidade destes fatores que estava aquém das potencialidades produtivas do grupo doméstico. Sua força de trabalho era, particularmente, insuficiente ante os requerimentos de trabalho de uma área média de 7, 8 hectares. Este fato tornava-se evidente, observando-se o tamanho das áreas cultivadas durante o segundo ano, quando, na ausência de financiamento, reduzia-se a uma média de 2, 7 hectares por grupo doméstico, seja porque parte da área original era deixada sem cultivo ou porque era divi-

dida entre vários grupos domésticos. Certamente, a redução da área cultivada devia-se também à necessidade por parte dos agregados de deslocar trabalho para as atividades assalariadas, mas, como quer que fosse, este arranjo técnico-econômico permitia a liberação da força de trabalho das atividades de subsistência sem, no entanto, pôr em risco sua reprodução.

Durante o primeiro ano de cultivo, todo o potencial de trabalho do grupo doméstico era mobilizado porque a intensa atividade agrícola não deixava qualquer tempo livre. No entanto, durante o segundo ano de cultivo, a atividade na roça reduzia-se, ao mesmo tempo em que parte da força de trabalho do grupo doméstico era ocupada pelo fazendeiro para a conservação de pastagens, currais e outros serviços[15].

*Processo e redefinição.* Dizíamos na introdução que as diferentes categorias que exprimem o campesinato são significativas, porque descobrem rupturas do processo social tanto no sentido da alteração de uma velha ordem quanto no sentido estrutural. O aparecimento do parceiro significou uma nova maneira de inserção do campesinato que conduziu à redefinição do agregado.

A ação estatal e a abertura dos mercados transformaram as economias das frentes de expansão em economias orientadas para o comércio e o lucro. Esta transformação estratificou os homens da frente de expansão com base na propriedade da terra e na capacidade de se apropriar do trabalho e não mais com base na divisão do trabalho e no prestígio social. Por ser um período de transição, não se observa a separação entre os meios de produção e o trabalho, porém, todas as condições institucionais já estavam dadas para que isto acontecesse.

Diferentemente do agregado, o parceiro é uma categoria de transição que está construída tanto com elementos da velha ordem quanto com elementos de uma nova ordem ainda em configuração. O parceiro, então, não é ainda uma classe nem uma determinada classe em formação, mas um trabalhador com acesso aos meios de produção e submetido às forças de diferenciação social características do período. Em condições de terras inexploradas e intenso processo de diferenciação social, o parceiro não é uma proto-burguesia mais do

15 Enquanto durante o primeiro ano de cultivo apenas 18% do total de trabalho (homens/dia na roça e no trabalho assalariado) efetuado por um grupo doméstico foi trabalho assalariado, outro grupo doméstico, no seu segundo ano de cultivo, dedicou 44 por cento do total no trabalho assalariado.

que é um proto-proletariado rural. Nestas condições, ele ainda é o objeto da diferenciação social ou, melhor, a própria população a ser diferenciada.

As condições objetivas que deram lugar ao surgimento do parceiro e ao conseqüente cativeiro do campesinato eram pensadas por membros da velha ordem e, particularmente, por pessoas que considerava-se agregados e, portanto, com direito ao livre acesso à terra. Este fato conduziria à redefinição simbólica da categoria agregado como sendo um trabalhador com acesso potencial à terra própria.

As definições de agregado oferecidas tanto por eles quanto por fazendeiros omitem cuidadosamente o fato de que o agregado é um trabalhador sem propriedade ou posse da terra. Elas podem afirmar que alguém tem terra ou que alguém não tem lugar para viver (como um "agregado é o indivíduo que não tem lugar onde viver e o dono da terra lhe dá a terra" ou "ele é o indivíduo que pergunta àquele proprietário, àquele dono de terra, se pode lhe dar um lugar para viver") mas nunca dizem simplesmente que alguém não tem posse ou propriedade da terra. Quando se afirma que alguém não tem terra, a afirmação é acompanhada por uma explicação de que não tem dentro da fazenda (como em "o agregado é a pessoa que ocupa aquela terra, que não é o dono, que não tem terra na fazenda" ou "o agregado é o indivíduo que não tem a propriedade da terra onde ele vive").

Outra maneira de definir o agregado é enquanto produtor de subsistência. Desta perspectiva, o agregado é representado como um homem que toma decisões livremente. Nas palavras de um agregado "é sem nenhuma obrigação... o agregado só tem de acertar contas com a seca" ou nas de um fazendeiro "o agregado cultiva por sua conta, ele é livre de fazer o que quiser" pode-se perceber o caráter de auto-determinação que, na representação, assume a relação agregado-fazendeiro. O fato de ele ser um parceiro e um trabalhador assalariado é transferido para o plano da moralidade, assumindo, ali, a forma de um presente ("ninguém é obrigado a dar nossas frutas e vegetais para o patrão nem a vender para ele o arroz, mas a gente usa da consciência porque a gente mora nessa terra").

A terra é representada pelos agregados como sendo limitada (como em "Tem é muita mata; o mundo é grande e sempre há um lugar na frente") e livre de restrições para o indivíduo (como em "O mundo não tem porteiras, todo lugar onde você quiser ir está aberto").

Se bem a redefinição do agregado obscurece suas condições objetivas de produção, ela expressa, simbolicamente, o fato de que os parceiros não se percebem nem como assalariados nem como proprietários de seus meios de produção. Perdidas as condições objetivas que os tornaram agregados dentro da velha ordem e não se identificando com os proprietários nem com os assalariados, se percebem como produtores com um potencial aberto pelo fato de serem livres e existirem terras inexploradas. Definem-se menos pelo que são e mais pelo projeto que se orienta.

## 3. CAPITALIZAÇÃO E POSSEIROS

O terceiro período na ocupação do Centro-Oeste transcorre, aproximadamente, desde 1960 até o presente. Este período está marcado pela transformação da fazenda tradicional em empresa agropecuária (como parte de um amplo desenvolvimento econômico) e pelo notável crescimento populacional devido à imigração de trabalhadores rurais em busca de terras inexploradas. Estes dois processos esboçam-se simultaneamente na década de sessenta para se configurarem plenamente na década de setenta, constituindo-se nas forças que, agindo combinadamente, tornariam a autonomia da pequena produção um fato irreversível em muitas das localidades da frente de expansão.

Entre 1960 e 1970 a população aumenta na mesma proporção da década anterior, passando de 3.006.866 habitantes para 5.073.259. Em termos de tendências mais acentuadas, a migração foi intra-regional (sendo o Estado de Goiás o principal provedor de contingentes populacionais para Mato Grosso e sugerindo que a visão do mundo como ilimitada e livre foi uma poderosa motivação) e de caráter rural-rural (Lerda, 1978)[16] ainda que nos municípios de maior dinamis-

---

16 Em 1970, os migrantes constituíam pouco mais da metade (57%) do contingente populacional do município de Barra do Garças, que era de 26.570 pessoas. Entre todos os migrantes, 78% procedia da própria região, sendo que 57% era procedente de Goiás. Entre os migrantes com residência nas zonas rurais, a maior parte era procedente de zonas rurais (61,9%) mas o percentual dos que provinham de zonas urbanas é também alto (37,6%). Do total de 15.114 pessoas, não naturais do município, 38,4% migrou entre 1968 e 1970 e pelo menos 54% em algum momento da década de sessenta.

mo econômico a migração para as zonas urbanas fosse igualmente importante[17].

*Transformação da Fazenda.* Depoimento de fazendeiros e comerciantes de Barra do Garças sugerem que na década de sessenta, particularmente nos seus últimos anos, o modo de ocupação alterou-se qualitativamente e que, como parte da mudança, a pequena produção teria-se desligado da grande fazenda pecuária para estabelecer-se autonomamente em terras de terceiros porém não exploradas.

Os dados censitários apoiam estes depoimentos pelo menos quanto ao fato de que em 1970 as pequenas unidades produtivas já se haviam desenvolvido amplamente. A tabela N.º 1 mostra que enquanto em 1950 não existia nenhum estabelecimento com menos de 100 hectares e apenas 1,3% era de estabelecimentos com 100 a menos de 200 hectares, em 1970 a proporção de estabelecimentos com menos de 100 hectares sobe para 46,7% e a daqueles com 100 a menos de 200 hectares aumenta para 16,4%. Na mesma direção apontam os dados referentes à condição do produtor registrados na tabela N.º 3. Enquanto em 1950 apenas 3,9% de todos os produtores era ocupante, em 1970 os ocupantes passam a representar 49,2% de todos os produtores. Pressupondo que os pequenos produtores foram captados pelo censo nas categorias de arrendatário e ocupante, as proporções alteram-se bem pouco e apenas para o ano de 1970 quando, somados, passam a constituir 50,1% de todos os produtores.

TABELA N.º 1

Grupos de Área por Número de Estabelecimentos 1940/1975

| Grupos de Área (hectares) | 1940 N | 1940 % | 1950 N | 1950 % | 1970 N | 1970 % | 1975 N | 1975 % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 5 | — | — | — | — | 185 | 6,5 | 551 | 12,0 |
| de 5 a 20 | — | — | — | — | 351 | 12,3 | 836 | 18,1 |
| de 20 a 100 | — | — | — | — | 797 | 27,9 | 1708 | 37,0 |
| de 100 a 200 | — | — | 3 | 1,3 | 468 | 16,4 | 370 | 8,0 |
| de 200 a 500 | 51 | 35,4 | 18 | 7,7 | 380 | 13,3 | 512 | 11,1 |
| de 500 a 1000 | 78 | 54,2 | 147 | 63,1 | 234 | 8,2 | 165 | 3,6 |
| 1000 a mais | 15 | 10,4 | 65 | 27,9 | 442 | 15,4 | 470 | 10,2 |
| Totais | 144 | 100,0 | 233 | 100,0 | 2861 | 100,0 | 4612 | 100,0 |

17 Em Barra do Garças, por exemplo, 40 por cento dos migrantes haviam estabelecido domicílio nas zonas urbanas em 1970, especialmente na sede municipal mas também em núcleos menores, como Xavantina.

TABELA N.º 2*

Grupos de Área por Área dos Estabelecimentos 1940/1975

| Grupos de Área (hectares) | 1940 N | 1940 % | 1950 N | 1950 % | 1970 N | 1970 % | 1975 N | 1975 % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 5 | — | — | — | — | 582 | ,0 | 2107 | ,0 |
| de 5 a 20 | — | — | — | — | 3691 | ,1 | 10168 | ,2 |
| de 20 a 100 | — | — | — | — | 40728 | 1,0 | 88240 | 1,7 |
| de 100 a 200 | — | — | 398 | 0,2 | 56209 | 1,2 | 49662 | 1,0 |
| de 200 a 500 | — | — | 4929 | 2,6 | 117131 | 2,6 | 173449 | 3,3 |
| de 500 a 1000 | 44381 | 37,6 | 75000 | 39,6 | 150671 | 3,3 | 116773 | 2,2 |
| 1000 a mais | — | — | 109024 | 57,6 | 4162374 | 91,8 | 4836369 | 91,6 |
| Totais | 118071 | 100,0 | 189351 | 100,0 | 4531381 | 100,0 | 5276763 | 100,0 |

TABELA N.º 3*

Condição do Produtor ou Responsável pela Exploração 1940/1975

| Condição do Produtor | 1940 N | 1940 % | 1950 N | 1950 % | 1970 N | 1970 % | 1975 N | 1975 % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Proprietário | 135 | 93,7 | 193 | 82,8 | 1318 | 46,1 | 1311 | 28,4 |
| Administrador | 2 | 1,4 | 31 | 13,3 | — | — | — | — |
| Parceiros | — | — | — | — | 108 | 3,8 | 39 | ,8 |
| Arrendatários | ,0 | ,0 | ,0 | ,0 | 28 | 0,9 | 529 | 11,5 |
| Ocupantes | 7 | 4,9 | 9 | 3,9 | 1407 | 49,2 | 1733 | 59,3 |
| Totais | 144 | 100,0 | 233 | 100,0 | 2861 | 100,0 | 4612 | 100,0 |

A transformação da fazenda tradicional tem início em meados da década de sessenta e se configura plenamente na década de setenta[18]. Para explicar esta transformação a nível local é importante tomar em consideração a iniciativa privada dos fazendeiros médios e grandes que, procedendo de regiões onde o processo de modernização tecnológica se encontrava avançando, introduziram idéias e práticas modernas de aumento da produtividade. Porém, a criação de infra-estrutura e a implantação de créditos grandemente subsidiados por par-

(*) Fonte: FIBGE — Censos Agropecuários de 1940, 1950, 1970 e 1975.
Nota: A informação refere-se aos municípios agregados de Barra do Garças, General Carneiro. Luciara e Tesouro.

18 Esta modernização obedece, em última instância, às pressões do setor industrial do Centro-Sul, tanto no sentido de criar mercados para as indústrias fornecedoras de maquinaria agrícola, adubos químicos, inseticidas, sementes, etc., quanto no sentido de viabilizar as indústrias processadores de alimentos e matérias-primas.

te do Estado são os elementos que, em última instância, tornam possível a modernização tecnológica.

Durante os últimos anos da década de sessenta, o município de Barra do Garças é objetivo de grandes investimentos governamentais provenientes tanto dos projetos de colonização da Amazônia Legal quanto da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. A partir deste momento, Barra do Garças adquire crescentemente as feições de uma frente pioneira: abrem-se estradas municipais e criam-se condições para conservá-las, revigoram-se a rede escolar e os serviços de saúde pública, surgem corrutelas novas e urbanizam-se as mais antigas, abrem-se os créditos para a criação de infra-estrutura e custeio de produção, estabelecem-se escritórios públicos e privados de apoio técnico à produção, expande-se a eletrificação, criam-se linhas de transporte público regulares dentro do município e cresce o setor comercial — particularmente as firmas fornecedoras de adubos, sementes e maquinária agrícola.

Neste processo que toma lugar no fim da década de sessenta ocorre a transformação da fazenda, que passa a utilizar recursos de capital, maximizando a utilização dos recursos naturais e de trabalho. Da produção de alimentos baseada na técnica de coivara e executada mediante convênios de parceria entre os proprietários da terra e o pequeno produtor, passa-se para a produção de alimentos baseada na utilização de fertilizantes, corretivos de solo e maquinaria e executada mediante convênios de compra de trabalho assalariado.

A política de outorgamento de crédito para criação de infra-estrutura e custeio da produção objetivou incentivar a produção de alimentos mais do que a própria pecuária e foi esta política creditícia que fez dos proprietários, tradicionalmente pecuaristas, grandes produtores de alimentos. Mesmo assim, o crédito outorgado para a produção agrícola também foi um suporte para a expansão da pecuária, na medida em que o investimento no desmatamento para a produção do arroz servia igualmente para a expansão das áreas de pastagens[19]. Neste sentido a organização da produção da fazenda não se alterou: antes como agora a produção de alimentos antecede a abertura de pastagens e estas são produzidas com

19 "A produção de arroz, obtida mediante intensa mecanização e uso de fertilizantes e sementes selecionadas é garantida pelo governo em 80%. O plantio do arroz é realizado normalmente durante dois anos, sendo plantada no segundo ano simultaneamente a semente de capim... O trabalhador... recebe além de salário o fornecimento em alimentação". (Barbosa e Coelho, 1980).

os mesmos recursos investidos na produção de arroz. Mesmo que em escala diferente, o incremento da pecuária continua a se basear na utilização dos fatores empregados na produção de alimentos.

Se bem a produção pecuária continue a depender da produção de alimentos, o controle do processo de trabalho e as relações de trabalho envolvidas sofrem grandes transformações. Se antes dos últimos anos da década de sessenta a produção de alimentos era em pequena escala e socializada através da parceria, a partir desses mesmos anos torna-se de grande escala e organiza-se como empresa individual que satisfaz suas necessidades de trabalho com mão-de-obra assalariada e que assume todos os riscos de perda e todos os ganhos também. Isto é, o financiamento bancário permitiu ao fazendeiro o controle de todo o processo produtivo, mediante a introdução de técnicas mais automatizadas e de alta produtividade, e ao mesmo tempo lhe abriu a possibilidade de desfrutar de toda a renda resultante da comercialização do arroz e de formar pastagens maiores mais rapidamente.

Segundo depoimentos, a maior parte das fazendas de hoje teria experimentado esta transformação e não se encontraria nelas a figura do agregado do primeiro período nem do morador parceiro do segundo pois eles e sua roça foram expulsos com a introdução da máquina e das grandes lavouras. A comparação dos dados censitários de 1970 e 1975 não suporta estes depoimentos tão enfáticos mas, mesmo assim, evidencia a existência tanto de um processo de modernização tecnológica quanto de mudança das relações de trabalho.

A comparação entre os dois anos mostra um aumento das áreas de lavoura e de pastagens plantadas em relação à área de pastagens naturais que diminui suas proporções[20]. Igualmente observa-se um aumento proporcional no valor do investimento em máquinas e instrumentos agrícolas e também dos estabelecimentos que faziam uso de força mecânica[21].

20 Do total de 1.785.628 hectares utilizados em 1970 com lavouras temporárias, pastagens plantadas e pastagens naturais, 0,7% eram de lavouras temporárias, 9,3% eram de pastagens plantadas e 90% de pastagens naturais. Em 1975 a área das lavouras temporárias e das pastagens cultivadas aumenta, sendo que do total de 2.116.806 hectares 2,7% eram de lavouras temporárias e 20,7%, de pastagens cultivadas. Neste último ano a proporção das pastagens naturais diminui para 76,6%.

21 Enquanto em 1970 apenas 30 estabelecimentos ou 1,6% do total utilizavam força mecânica, em 1975 seu número sobe para 428 representando 11% de todos os estabelecimentos. Quanto ao valor do investimento em máquinas em 1970 foi de 7% do valor de Cr$ 13.025.000,00 de todos os investimentos e instrumentos agrícolas, e em 1975, de 31% do valor de Cr$ 112.240.000,00.

Nos dois anos, a participação das lavouras temporárias no valor da produção agropecuária encontra-se em torno de 40%, enquanto os 60% restantes correspondem quase inteiramente ao valor da produção de animais de grande porte.

Quanto ao pessoal ocupado pelos estabelecimentos, observa-se uma diminuição dos empregados permanentes e temporários, de parceiros e outras condições que, em conjunto, constituíram 16% do total do pessoal ocupado em 1970 e apenas 10% em 1975. Por outro lado, os estabelecimentos sem pessoal ocupado, funcionando apenas com o responsável e os membros não remunerados da família, aumentaram de 45% do total dos estabelecimentos em 1970 para 73% em 1975. Estes dados podem estar refletindo a situação em que a força de trabalho dentro das fazendas foi reduzida, enquanto houve um crescimento, fora da fazenda, de relações de produção baseadas no trabalho familiar ou doméstico.

A fazenda transforma-se dentro de um processo de diferenciação social e sua transformação é parte deste processo e não causa ou efeito dele. O processo de diferenciação social implicou também a separação espacial das cidades e as zonas de cultivo, a diversificação das atividades econômicas, maior complexidade da divisão do trabalho e diversos níves de qualificação da força de trabalho, como também da administração pública e privada. Todos estes elementos combinam-se para produzir diversos grupos de interesse e participação e viabilizar a diferenciação nítida das classes sociais.

*Autonomia da Pequena Produção.* A década de setenta é um período de desenvolvimento, em amplitude e intensidade, do padrão social e econômico de ocupação que já se cristalizara no fim da década anterior. Destaca-se apenas pelas suas feições políticas, como a pressão da participação por parte dos pequenos produtores e pelas respostas governamentais a estas pressões.

Face à situação sócio-econômica descrita, a população de agregados das fazendas terá duas alternativas: passar a residir nos centros urbanos do município, tornando-se vendedores de força de trabalho, ou ocupar terras inexploradas no norte e oeste do município, para se constituirem em pequenos produtores autônomos, titulares de suas terras ou invasores de terras de terceiros. Estas duas alternativas abrem-se, a partir da década de sessenta, não apenas para a população expulsa das fazendas, mas também para o contingente de migrantes sem recursos ou com escassos recursos financeiros.

Os pequenos produtores passaram a produzir alimentos diretamente para o mercado local ou para intermediários, fazendo uso dos fatores que excedem da produção para o grupo doméstico. Trata-se da reprodução da economia de excedente do primeiro período de ocupação mas agora caracterizando um campesinato autônomo inserido numa estrutura econômica grandemente capitalizada e numa estrutura social em acelerado processo de diferenciação.

Entre 1970 e 1975 multiplicam-se os povoados de pequenos produtores como Água Boa, Cachoeira da Fumaca, Campinápolis, etc. e também desenvolve-se Xavantina, um centro urbano de grande dinamismo comercial e técnico que cumpre funções de apoio à produção agrícola do município. De 1970 a 1978, a população do município aumenta em mais de 100 por cento, chegando a ser de 58.306 habitantes[22]. Porém, a forma de organização espacial desta população experimentou grandes mudanças: da forma de habitat disperso em torno de uma fazenda passa a se constituir de povoados menores que se vinculam com um maior e estes, por sua vez, com os núcleos urbanos de Barra do Garças e Xavantina.

A emergência destes povoados não só é importante do ponto de vista da simples organização espacial da população, mas também do ponto de vista político, na medida em que esta forma de organização decorre da emancipação social e econômica do pequeno produtor com relação ao fazendeiro e seus domínios e favorece a interação e organização dos pequenos produtores dentro de um espaço público: o patrimônio de cada povoado, chamado comumente de "rua". O patrimônio é um espaço público dentro do qual interagem pequenos proprietários e posseiros que lutam por chegar a serem titulares das terras que ocupam economicamente. Alguns deles moram no próprio patrimônio, enquanto outros, que residem nas suas propriedades ou posses, ali chegam para comercializar seu produtos, comprar no comércio local, receber serviços religiosos, burocráticos e médicos e participar de festividades e reuniões de caráter político, assistencial ou administrativo.

O povoado e seu patrimônio permitem uma forma de relacionamento social que é muito propícia para a organização

22 Considerando que os dados populacionais de 1970 incluem o distrito de São Félix e que os de 1978 o excluem — por haver passado a ser município — o aumento populacional foi, com efeito, muito acima de 100 por cento. Fonte: Departamento de Geografia e Estatística; *Avaliação da Situação da População Residente no Estado de Mato Grosso em 31 de dezembro de 1978;* Cuiabá: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral.

de grupos de interesses, na medida em que substitui o relacionamento vertical entre cada um dos pequenos produtores isoladamente com o fazendeiro, pelo relacionamento horizontal entre os pequenos produtores. Desta interação vem surgindo a consciência de que, estatutariamente, podem participar da propriedade dos meios de produção e a organização que resulta na luta do posseiro e do pequeno proprietário pelo acesso e conservação de uma propriedade capaz de ocupar a força plena de trabalho familiar.

A emergência dos povoados e o crescimento das cidades são, aparentemente, conseqüência da migração. Sem dúvida, nada disso teria acontecido sem a migração, porém, com essa mesma migração, poderiam ter ocorrido outros padrões de organização espacial da população. As vilas componesas parecem ser conseqüência de um desenvolvimento próprio da fronteira, no qual uma série de elementos conflui, favorecendo a emergência da pequena propriedade como unidade de produção significativa da estrutura fundiária. A nosso ver, a explicação do surgimento da pequena produção autônoma não se encontra na migração massiva dos anos sessenta e setenta, mas no desenvolvimento das forças produtivas que se inicia nas fazendas. A importância analítica da migração deve ser buscada na dimensão do político, na medida em que ela tornou vultosa a categoria de pequenos produtores autônomos, aumentando, assim, as proporções do conflito agrário.

*Categorias Sociais da Pequena Produção.* A migração para as zonas rurais do município tem sido de trabalhadores que, em sua maior parte, são posseiros procedentes da própria região. Outros são pequenos e médios proprietários que, também procedentes da própria região, migraram e se estabeleceram por conta própria. Outros ainda, os colonos, são médios proprietários procedentes do sul, que migraram entre 1972 e 1975, encaminhados pela Cooperativa de Colonização 31 de Março e integrados posteriormente à Cooperativa de Produção Canarana.

Entre estas categorias existem grandes diferenças de *status* social, de níveis de vida, de formas de organização da produção e até de identidade étnica. Mas posseiros, pequenos e médios proprietários independentes e colonos cooperados parecem ser categorias que exprimem fragmentos de uma pequena burguesia em formação. Acontece que estas categorias informam mais a respeito dos modos diferentes como a pequena produção se insere dentro da estrutura institucional local do que a respeito de posições diferentes dentro do processo produtivo local. Todos eles são trabalhadores rurais que,

tendo acesso aos meios de produção, fazem uso, principalmente, do trabalho do grupo doméstico, mas também, de modo variável, do trabalho assalariado.

As diferenças apontadas refletem, a meu ver, níveis diferentes na trajetória de conformação e legitimação da pequena produção capitalizada. De modo geral pode-se dizer que o colono é um proprietário de glebas de tamanho médio (400 hectares) que — através da cooperativa — tem acesso ao financiamento bancário para custeio anual da produção monocultora e faz de tecnologia de alta produtividade poupadora de força de trabalho. Os proprietários médios que realizam sua produção individualmente têm características muito similares, exceto pelo fato de usarem uma tecnologia menos sofisticada e de ainda cultivarem roças de subsistência, além das lavouras comerciais. Nestas duas categorias encontramos a pequena burguesia agrária melhor configurada: são titulares de terras suficientemente grandes para empregar toda a força de trabalho doméstica, utilizam-se de assalariados nos momentos de atividade mais intensa, consideram-se participantes plenos do processo social e, tendo alcançado já níveis de vida relativamente altos, objetivam consumir mais e, particularmente, aumentar suas terras.

A produção de colheitas comerciais financiadas vem sendo um elemento diferenciador no interior da pequena produção familiar. Colonos e proprietários médios moram nos novos povoados do município e interagem com os posseiros e pequenos proprietários mas, entre eles, as diferenças de níveis de vida são bastante acentuadas.

Os posseiros e pequenos proprietários têm uma característica em comum: falta de terra para ocupar a força de trabalho familiar. Pressupondo que foram captados pelo censo nos grupos de área de menos de 100 hectares, em 1975 constituíam 3.095 estabelecimentos (67% de todos os estabelecimentos), ocupando uma área de 100.515 hectares (2% da área total dos estabelecimentos) e tendo em média 32,5 hectares.

Aparentemente, ante a insuficiência de terra, não é o assalariamento a única alternativa a longo prazo, mas também se abre ante eles a possibilidade de estabelecer uma nova posse. Assim se expressa um pequeno produtor que havia comprado recentemente os direitos de posse:

> Nós somos os que seguem o giro do sol, se não dar certo para todos aqui, ali (apontando o poente) tem ainda muita terra boa... A gente veio aqui em busca

de fartura e liberdade. Lá em Juciara tem mais conforto, mas para gente fraca é muito custoso, trabalhando no que é dos outros e ganhando micharia. A única coisa que eu desejava é essa fartura... tem terra, terra que dá. Agora tudo está bom.

É possível que a pessoa que faz este depoimento já tenha trabalhado como assalariado em Barra do Garças e, ainda mais, que o faça freqüentemente, mas seu projeto de vida é outro. Ela quer garantir a propriedade da terra que explora, ao mesmo tempo que pretende expandir a terra à disposição de seu grupo doméstico através da ocupação de novas terras. No seu projeto, seus filhos não serão assalariados, mas posseiros que eventualmente se tornarão proprietários. Seu projeto não é assumido como um sonho, mas como uma tarefa para cuja realização todos os meios são bons, inclusive vender sua força de trabalho e invadir terras inexploradas. Eis aqui a luta quotidiana do camponês inserido numa estrutura em processo intenso de diferenciação social. Nestas circunstâncias, continuar a ser produtor está condicionado a "trabalhar no que é dele e ganhar mais" e, para satisfazer esta condição, a apropriação de terras devolutas e de terceiros constitui-se em luta inadiável e o assalariamento (que lhe permite uma poupança para investir na sua produção) torna-se um meio para não ser assalariado. Dentre os "que seguem o giro do sol" muitos verão seus projetos individuais se converterem em sonhos, enquanto outros os realizarão.

Se bem que posseiros e pequenos proprietários também possam supostamente ter acesso ao crédito de custeio da produção, fazem pouco uso do mesmo, porque carecem de terras suficientes tanto para a garantia do crédito quanto para a própria produção. Com efeito, a organização de sua produção distingue-se da dos colonos e produtores médios, sendo tipicamente a de uma economia de excedente. Porém, nas condições presentes, sua produção é muito improvável tanto porque o desenvolvimento econômico está favorecendo o pequeno produtor capitalizado quanto porque os prdutores de excedentes almejam uma maior participação da riqueza e da propriedade.

Posseiros e pequenos proprietários carecem de uma organização e identidade de classe própria e se vinculam à organização político-econômica dos novos povoados. Dentro desta organização eles são produtores pobres que, como todos os outros produtores, objetivam titular, aumentar e conservar sua propriedade diferenciando-se radicalmente dos comercian-

tes, mensalistas e peões de trecho, artesãos e profissionais dos povoados cujos interesses são de outra índole.

O fato de que, entre todos os produtores, sejam eles os que se defrontam com maiores dificuldades para reproduzir sua condição não os torna diferentes enquanto classe, apenas torna sua luta mais intensa. Perdendo a terra, terão de tornar-se vendedores de força de trabalho, comerciantes ou qualquer outra coisa. Com efeito, a luta dos produtores pobres é, qualitativamente, a mesma luta de todos os produtores[23], só que muito mais acirrada pelas pressões derivadas das vicissitudes de sua reprodução. Por razões institucionais e de privilégios outorgados pelo Estado a outras categorias de produtores, os pequenos se encontram freqüentemente impedidos de continuar sua produção ou de aumentá-la. Seu enfrentamento não é apenas com o grande proprietário, mas também com o proprietário médio — com quem interage regularmente nas atividades do povoado — e as comunidades indígenas.

O processo de diferenciação social em curso é, a meu ver, implacável quanto às formas de produção aceitáveis e a economia do excedente não se encontra entre essas formas, porque o que se objetiva é um máximo de produção para o mercado e um máximo de compradores de produtos industrializados, especialmente aqueles que se empregam na atividade agrícola. Neste processo, o produtor pobre da economia de excedente deixa de ser produtor ou transforma-se em monocultor. Ele sabe disto por uma via muito direta: sua experiência quotidiana. Pode não se sentir confortável ao se pensar um monocultor financiado pelo Banco do Brasil: cogita que assim ele perde sua liberdade. Mas, por outro lado, intui que, para continuar sendo produtor, precisa de mais terra e de financiamento bancário para produzir mais. Estas coisas significam tornar-se um monocultor que, tal como os colonos, terá que comprar quase todos os mantimentos, pagar muitos débitos e conservar apenas um pomar, uma horta e talvez um galinheiro no quintal.

*Legitimização da Pequena Produção Autônoma.* A ação governamental com relação à pequena produção do município é por demais ambígua. Se, por um lado, cria obstáculos a seu desenvolvimento, quando, abertamente ou, sobrepticiamente, privilegia os interesses dos grandes proprietários e retarda a regularização fundiária — submergindo-a no emara-

---

23 O caráter de luta comum é demonstrado pelo acordo explícito de posseiros e fazendeiros quanto à ilegitimidade da "terra do índio". A única frente unida entre eles é aquela que aparece como resposta às reivindicações de terra por parte de terceiros.

nhado aparelho burocrático —, por outro lado, cria infra-estrutura, facilidade creditícia e até apoio ideológico para seu desenvolvimento. Por serem os obstáculos à pequena produção muito conhecidos, referir-nos-emos apenas às ações governamentais de apoio que vêm sendo observadas desde o início da década de setenta.

Em primeiro lugar, é de destacar o crédito agrícola para os produtores médios. Carecemos de informações globais a este respeito mas a observação de campo demonstrou que o acesso a este financiamento contribui criticamente para diferenciar os pequenos produtores e viabilizar a existência da pequena produção comercial na medida em que o produtor controla tanto a propriedade da terra quanto o capital.

Em segundo lugar, é de sublinhar-se a atuação do governo municipal na criação de infra-estrutura de apoio aos novos povoados que, freqüentemente, encontram-se em terras em litígio.

Nos quatro últimos anos da década abriram-se estradas e linhas regulares de ônibus para possibilitar a comunicação destes povoados entre si e com as cidades, um amplo programa de eletrificação dotou uma boa parte deles de energia e, o que é ainda mais importante, iniciou-se um programa de urbanização de povoados. O significado político destas ações fica evidenciado, quando se toma em consideração que estes povoados são "o patrimônio" de uma população agrária composta, na sua maior parte, de posseiros e que a situação fundiária é extremamente irregular. Aparentemente, a criação de infra-estrutura é o recurso que fica à disposição do governo municipal para contornar os numerosos e agudos conflitos de terra e evitar seu alastramento.

Um dos pequenos produtores de um povoado que tem aproximadamente 300 famílias ameaçadas de expulsão por alguém que reclama a propriedade da terra em nome de uma ocupação anterior à dos posseiros expressa que a única alternativa impossível é abondonar a terra:

> Lutaremos nem que índio, todo mundo aqui tem uma faca e uma picareta e não há nenhum que queira facilitar.

Outro produtor, morador do mesmo povoado, diz que:

> A gente conta com o Wilmar (Prefeito de Barra do Garças), ele é para tudo. Há dois anos isto era uma dureza, a gente andava três dias até Nova Brasília. Agora a gente acha que tem asfalto (referindo-se à estrada de terra).

Porém, a mobilização e instalação em propriedades médias de colonos vindos do sul do país tem sido o elemento de maior poder de legitimação da pequena produção autônoma. Esta é uma realização levada a efeito por grupos privados[24] que contou com o apoio dos governos federal e estadual quanto à regularização da propriedade das terras onde se implantaram os vários projetos de colonização e quanto às facilidades creditícias e à criação da infra-estrutura de apo'o à produção, de escolas e serviços médicos para as populações migrantes. Porém, a participação mais significativa do Estado na colonização encontra-se na construção de uma ideologia que, assumindo uma forma mítica, explica as origens e a vitória da pequena produção no município.

Na construção desta ideologia participam apenas a administração da cooperativa, os colonos e o Estado, tendo ela a visível intenção de legitimar o sistema cooperativista e a ocupação da terra por um grupo de fora, etnicamente diferente. No entanto, seu conteúdo reivindicativo serve igualmente para legitimar toda a pequena produção face às formas de produção em grande escala.

Nesta ideologia, a pequena produção autônoma não existia em Barra do Garças até 1972, quando foi introduzida, como contribuição de inestimável valor, pelos colonos do Sul. Em 1979, por ocasião das celebrações do 31.º aniversário do município, o Prefeito dizia que:

> Passado o ciclo da exploração de diamante e dos "grandes empreendimentos desenvolvidos pelo grande empresariado do país... veio a fase das colonizadoras que aqui se implantaram em pequenas propriedades..."
>
> (*Correio da Fronteira,* 15 de setembro, 1979).

No mesmo ano, o Governador de Mato Grosso, em visita ao projeto Canarana, expressava sua visão sobre o estabelecimento dos pequenos produtores em Barra do Garças dizendo que:

> Estivemos em Canarana quando os cerrados deste novo Mato Grosso se assustava com uma gente loura que vinha chegando dos lados do sul. Voltamos hoje

24 A mobilização inicial da população foi levada a efeito pela Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda. (Coopercol), que se transformou em Empresa de Colonização e Consultoria Agrária S. C. Ltda. (CONAGRO). Uma vez terminada a fase inicial da mobilização e assentamento, surge, em 1975, a Cooperativa Agropecuária Mista Canarana Ltda. (COOPERCANA).

a Canarana e vemos uma gente tão integrada à paisagem que ela mesmo criou, nesta agricultura a perder de vista, que chegamos a achar que Canarana, em alguma linguagem perdida no tempo, significa a sonhada Canaã, nestas terras brasileiras.

(*Jornal da Terra,* 20 de janeiro de 1979).

Um segundo elemento na explicação ideológica é grandemente reivindicativo, apontando que os colonos trazem a pequena produção para Barra do Garças, porque, pela imperfeição do regime fundiário, são expulsos injustamente de sua própria terra.

Uma situação calamitosa surge como fato bastante eloqüente para mostrar a necessidade de uma reforma agrária no sul... As milhares de famílias desabrigadas são uma força indispensável para fazer o governo tomar a iniciativa de desapropriar os grandes latifúndios.

(Notas da Redação, *Jornal da Terra,* 11 de setembro, 1978).

Embora o governo federal disponha de uma fantástica estrutura de colonização montada pelo INCRA, o Ministério do Interior e o próprio Presidente da República decidiram confiar à nova e ainda pequena cooperativa a missão de oferecer paz e terra a milhares de agricultores, que vivem hoje uma situação de completa calamidade.

(Notas da Redação, *Jornal da Terra,* 29 de maio, 1978).

Que Deus derrame suas bênçãos sobre este tipo de projeto e ilumine os responsáveis por este país e os dirigentes das colonizadoras, para que eles possam promover a distribuição das terras a quem trabalha, eliminando a injustiça e a marginalização do homem do campo...

(Superintendente da SUDECO, *Jornal da Terra,* 2 de maio, 1978).

Uma propriedade agrícola é a fonte que produz o alimento para o sustento e a independência de quem a explora. Defini-la e caracterizá-la é até fácil, mas o longo caminho que se percorre para atingi-la é muito difícil...

(Coopercana, *Jornal da Terra,* 1 de outubro de 1978).

> Para se evitar que os já existentes conflitos pela posse da terra se generalizem é preciso que os órgãos governamentais se conscientizem que o Estado não pode querer ganhar da valorização rápida da terra como um empresário, mas sim como um agente de bem-estar social. Defenderei a venda da terra a colonos e posseiros a "longuíssimos prazos".
>
> (Senador Canellas, *Jornal da Terra,* 1 de outubro de 1978).

Um terceiro elemento da idologia é assim formulado: em Barra do Garças, os colonos demonstraram que a pequena produção não só é viável, mas altamente produtiva e estimuladora do desenvolvimento face a outras formas de organização da produção.

> Surgiu um fato novo na Amazônia, devido ao grande número de projetos de pecuária aprovados nos últimos anos ocupando uma extensa área: o problema social, na medida que estes projetos diminuem a absorção de mão-de-obra.
>
> (Notas da redação, *Jornal da Terra,* 11 de março de 1978).

> Barra do Garças hoje se vangloria de ser o maior produtor de arroz do Brasil e 50% dessa produção se deve, sem dúvida, ao assentamento de colonos do Sul do País e, referindo-se ao limitado apoio estadual agrega: o pioneirismo falou mais alto... os produtores enfrentam enormes dificuldades para o escoamento de cereais. Mas, com seu espírito de pioneirismo e bravura, ele faz suas próprias estradas...
>
> (Prefeito de Barra do Garças; *Correio da Fronteira,* 15 de setembro de 1979).

> ... os pequenos agricultores originários dos minifúndios do sul mudaram a fisionomia da região e se impuseram como a maior força de produção do Noroeste de Mato Grosso. Ocupando uma parcela inferior a 5% da área do município, aproximadamente 800 famílias de agricultores geram hoje 80% do movimento econômico de Barra do Garças... E essa

lição é a de que só será possível o desenvolvimento agrícola do País com a concentração de incentivos governamentais em propriedades de médio porte que possam ser trabalhadas pelos próprios donos, com o emprego de técnicas evoluídas e maquinarias modernas.

(Editorial, *Jornal da Terra,* 11 de março, 1978).

O crescimento de Barra do Garças, o aumento da produção do município e a geração de mais divisas são fatores que promovem a independência do Estado que ainda se encontra preso por laços econômicos à União.

(Editorial, *Diário de Cuiabá,* 15 de setembro de 1979).

Finalmente, a ideologia incorpora um elemento de caráter político quando propõe que, havendo demonstrado sua grande importância econômica, o pequeno produtor deve agora se organizar comunitariamente e participar politicamente.

Na capa do *Jornal da Terra* de 31 de março de 1978 aparecem duas inscrições se referindo a dois momentos na trajetória dos colonos:

Tenente Portela (RS), 1971: milhares de lavradores, de enxadas e foices nas mãos, lutavam em terras cada vez menores e mais fracas para, quando muito, conseguirem a subsistência de suas famílias.

Barra do Garças (MT), 1978: quase mil desses agricultores originários dos minifúndios do Sul — já montados em modernos tratores e colhedeiras — continuam lutando. Agora, pela construção de um mundo novo, mais justo e mais próspero...

É preciso fazer renascer — ou reavivar — o espírito de união e a convivência em comunidade. Da nova situação em que se encontram os agricultores surge a tendência de cada um procurar resolver seus problemas individualmente ou ficar esperando providências do governo, da prefeitura, da cooperativa... É a comunidade quem tem que exigir e adotar. Esse é o motivo para que não se cruzem os braços, à espera de soluções ou iniciativas de outros...

(Editorial, *Jornal da Terra,* 31 de março, 1978).

> É preciso que os agricultores gaúchos e catarinenses, recém chegados a Mato Grosso, tomem consciência da força política que eles representam e da necessidade de saber usar esta força. Por isso, aqui, o voto tem muito mais importância que no Sul.
>
> Esses pioneiros, que transformaram os abandonados cerrados em áreas de grande produção, têm também condições de transformar a ordem política de Mato Grosso.
>
> (Editorial, *Jornal da Terra*, 5 de fevereiro de 1978).

Embora não se possa dizer que o apoio à pequena produção autônoma seja uma política definida pelo Estado, não existe dúvida de que durante estes últimos dez anos ela vem tendo apoio material e ideológico crescente. A interpretação deste fato deve ser cuidadosa para não incorrer em duas suposições equívocas. A primeira é que se trata de uma ação governamental planejada e consensual. A nosso ver, tanto o apoio material mas, particularmente, o ideológico, representam respostas improvisadas à crescente pressão das massas agrárias pela participação na propriedade. Porém, na efetivação destas soluções improvisadas, está-se vislumbrando que o apoio à pequena produção, sendo uma necessidade política, pode ser também conveniente do ponto de vista econômico. Isto é, a expropriação do pequeno produtor não é nem sempre a melhor via para produzir riqueza e acumular capital. De fato, a subordinação do trabalho familiar ao financiamento bancário pode resultar em alta produtividade e permitir a transferência de valor do grupo doméstico para o capital financeiro em forma de juros pagos pelo uso da terra e pelo custeio da produção.

A segunda suposição é que se trata do início de uma transformação da ordem existente. Como disse, anteriormente, o apoio à pequena produção — especialmente em forma de cooperativa — é de caráter reformista, não implicando na transformação da estrutura de classes existentes mas, contrariamente, no seu robustecimento. A par da crescente proletarização, está-se formando uma pequena burguesia agrária que implica no robustecimento da magnitude da população que defende o regime vigente de propriedade e de acumulação da riqueza.

## 4. CONCLUSÕES

O modelo de transformações que apresentamos neste trabalho não deve ser entendido como uma proposta de desenvolvimento linear. Por um lado, ele se aplica apenas às localidades que surgiram como frentes de expansão populacional baseadas no complexo tecnológico pecuária extensiva/agricultura de subsistência. Por outro lado, não é em todas as localidades (ou regiões econômicas) surgidas dessa maneira que se observa a emergência da pequena produção autônoma. Em muitas delas, particularmente aquelas que se encontram onde predominam os solos menos férteis do cerrado, as fazendas, quando se capitalizam, tendem a voltar-se exclusivamente para a produção de gado e os agregados, expulsos delas, migram à procura de terras com maior potencial produtivo.

O desenvolvimento do município de Arraias (amplamente utilizado na elaboração do modelo) tipifica a situação em que, abrindo-se os mercados locais para os produtos agrícolas e existindo terras inexploradas, a expulsão da pequena produção de dentro das fazendas conduz à migração dos agregados para o oeste de Goiás e para Mato Grosso, lugares onde podem encontrar terras mais apropriadas para a produção de alimentos. Porém, esses agregados expulsos do cativeiro das fazendas terão, da mesma maneira que os agregados de Barra do Garças, a possibilidade de se estabelecerem como pequenos produtores autônomos no destino de sua migração. Estas circunstâncias explicam, em boa parte, o fato de que a principal tendência migratória do Centro-Oeste seja seu caráter intra-regional.

Para finalizar, queremos fazer alguns comentários destinados a dar suporte às duas propostas centrais do trabalho. A primeira delas é que o desenvolvimento próprio desta fronteira favorece o surgimento da pequena produção autônoma como unidade de produção significativa do setor agrário.

À luz da observação estática de que a pequena produção ocupa uma área irrisória da área total, esta afirmação parece insensata. Mas, se nossa observação volta-se para as transformações ocorridas no tempo e para a dinâmica social — dos grupos reais que lutam quotidianamente pelos seus interesses — ela, pelo menos, torna-se discutível.

As Tabelas N.os 1 e 2 mostram a extrema concentração fundiária do município de Barra do Garças. Tanto em 1970 como em 1975 os estabelecimentos de 1.000 hectares e mais ocupavam perto de 97 por cento do total da área dos estabelecimentos, enquanto os estabelecimentos de menos de 1.000

hectares respondiam pelos 8 por cento restantes e os de menos de 200 hectares constituíam apenas 3 por cento dessa área total. Definindo arbitrariamente que a pequena produção é aquela com 200 hectares ou menos, resultaria que, em 1975, enquanto 75 por cento de todos os estabelecimentos eram de pequenos produtores, apenas 3 por cento da área eram ocupados por eles. Os resultados pouco se alteram quando o corte para definir a pequena produção estabelece-se em 500 hectares ou menos. Neste caso 86 por cento de todos os estabelecimentos ocupam 6 por cento da área total. Como quer que seja, enquanto a pequena produção do município encontra-se comprimida numa área extremamente pequena, são os pequenos produtores autônomos que constituem a maioria absoluta dos produtores.

Estes fatos têm, a nosso ver, implicações políticas importantes quando se tomam em consideração os seguintes elementos concomitantes: a) a existência autônoma da pequena produção é recente e resultante da invasão reivindicativa; b) a migração engrossou o contingente de pequenos produtores que reivindicam firmemente seus direitos e c) as ações governamentais inclinam-se crescentemente para a legitimação dessas reivindicações.

Como se viu anteriormente, a região experimentou um desenvolvimento particular dentro do qual estiveram presentes alguns elementos favoráveis à eventual emergência de uma pequena produção autônoma.

Em primeiro lugar, a ocupação inicial baseou-se em uma estrutura social indiferenciada, não capitalista, que, consideramos, aproxima-se do tipo de estrutura social camponesa. Se bem que esta sociedade seja hierarquizada e exista dominação econômica de alguns grupos sobre outros, o trabalho — no interior das unidades produtivas — não chega a ser subordinado. Com efeito, estão ausentes as diferentes formas de relações de produção e instituições repressivas da força de trabalho, como a escravidão e a servidão e a propriedade concentrada em poucas mãos, respectivamente[25]. Desta forma, as relações de trabalho servil estavam ausentes, quando se inicia a integração econômica do município à economia nacional.

25 Estruturas sociais típicas que se contrapõem a esta estrutura de ocupação inicial são as chamadas "via prussiana de desenvolvimento capitalista" e o sistema de "plantation". Em ambos casos, a concentração da propriedade, a alta rentabilidade da atividade econômica e o investimento limitado em tecnologias de alta produtividade conduzem à existência de unidades produtivas latifundiárias que conservam a força de trabalho reprimida através da escravidão ou de variadas formas de servidão.

Sua ausência certamente não significa que não poderiam ser criadas, se os interesses econômicos assim o exigissem, mas, não sendo assim, a liberdade constitui-se em um elemento ideológico poderoso que orienta as reivindicações de propriedade dos pequenos produtores. Eles não tinham sido subordinados, não constituíam u'a massa de trabalhadores em vias de proletarização porque, embora tivessem sido expropriados, se percebiam como produtores com possibilidades de ocuparem novas terras.

Em segundo lugar, quando as forças de desenvolvimento do capitalismo penetram no município, não será mais na forma de sistemas repressores de força de trabalho. Contrariamente, as grandes fazendas, agora baseadas em tecnologia avançada e concentrando a totalidade do processo de trabalho em mãos do proprietário, tornam-se compradores de força de trabalho. Esta forma de desenvolvimento capitalista na agricultura necessita igualmente da subordinação do trabalho mas não necessita limitar o desenvolvimento da pequena produção autônoma. Quanto ao trabalho, a empresa capitalizada requer o assalariado, ao mesmo tempo que reduz — economizando — o uso de sua força de trabalho, o que em nada favorece o desenvolvimento da pequena produção autônoma, mas também não lhe tira, ou limita, a oportunidade de existir. Em outras palavras, não existe incompatibilidade estrutural entre a grande e a pequena burguesia agrária, porque a força de trabalho utilizada por uma não tem de ser a da outra.

O conflito entre a pequena e a grande propriedade capitalizada é de caráter institucional, sendo que a luta pela terra é seu ponto central. Nesta luta, não está em jogo a expropriação que subordina imediatamente o trabalho, mas a que objetiva se apossar da terra e é por esta mesma razão que ela pode adquirir um caráter eminentemente político, de luta entre grupos que objetivam se apropiar dos mesmos recursos.

Se, como afirma Camargo (1979: 126), a mobilização camponesa do fim da década de cinqüenta "contribui para decompor pactos sociais firmados e enfraquecer alianças partidárias historicamente consagradas" não é improvável que a mobilização do posseiro resulte num novo avanço nesta mesma direção.

A segunda proposta, de que a pequena produção autônoma é uma classe de proprietários em formação e tenderá a adquirir a consciência dessa classe, encontra apoio no processo de diferenciação observado no interior do campesinato e nas possibilidades de aumentar a participação na proprie-

dade da terra sem alterar o desempenho econômico da grande propriedade.

Dizíamos que boa parte dos pequenos produtores autônomos de Barra do Garças reproduz a economia de excedente do primeiro período de ocupação, mas que, agora, trata-se de um campesinato autônomo inserido numa estrutura econômica grandemente capitalizada e numa estrutura social em acelerado processo de diferenciação. Dadas estas circunstâncias, suas possibilidades de reprodução como campesinato são muito reduzidas, porque para continuar a serem produtores independentes deverão tornar-se produtores capitalizados. A partir desta perspectiva, a pequena produção autônoma seria uma classe em formação que, por ser detentora de seus meios de produção, tenderá a adquirir a consciência de classe dos proprietários dos meios de produção e a se identificar com seus interesses.

Dentro da pequena produção autônoma estão incluídos os posseiros e os proprietários de minifúndios que, freqüentemente, também são posseiros. Sugerir que esta população representa uma pequena burguesia agrária em formação pode parecer ousado. Porém, se nossa observação se volta para a dinâmica da formação das classes, a sugestão se torna pelo menos discutível.

Não se afirma aqui, obviamente, que existe uma tendência de aburguesamento dos pequenos produtores, porque o que se está processando entre eles é uma intensa diferenciação social com todas as implicações de proletarização características do capitalismo. Afirma-se, sim, que a luta pela terra e novas formas de subordinação do trabalho ao capital estão favorecendo a incorporação de pequenos produtores dentro da classe dos produtores capitalizados e orientados para o lucro.

O surgimento de uma classe de pequenos produtores capitalistas pressupõe mudanças na atual estrutura fundiária na direção de ampliar a participação na propriedade da terra que, certamente, não implica a retração da grande propriedade produtiva, mas uma autêntica regularização fundiária que elimine o vício de eternizar a terra ociosa por razões especulativas.

Parece-nos que o posseiro das décadas de sessenta e setenta só é inteligível face à existência desse vício especulativo. Acontece que o posseiro não pode "invadir" terras devidamente exploradas; ele invade matas e cerrados que, como vimos anteriormente, se lhe apresentam na simbolização e objetivamente como um mundo "que não tem porteiras... aberto".

A luta do posseiro não é contra a grande propriedade explorada e muito menos contra a propriedade, mas a favor de seu direito de ter controle sobre a terra. Concordamos com Martins (1980a: 25) em que esta luta é muito prática e pouco ideológica, mas achamos que, por isso mesmo, ela termina sendo estatutária. Não é o posseiro que propõe sua transformação em proprietário; mas sua proposta pelo controle da terra, se efetivada, torná-lo-á um proprietário.

Se a luta pela terra encontra uma resposta institucional, como sugerem as recentes titulações de posses de pequenos produtores e os efeitos da colonização privada, é de se esperar a ampliação da propriedade em terras devolutas e inexploradas e, como afirma Sandroni (1980: 102) a "resolução burguesa da questão agrária".

O surgimento de uma classe de pequenos produtores capitalistas pressupõe também novas formas de subordinação do trabalho ao capital. Esta subordinação implica tanto a expropriação e proletarização de uma parte do campesinato quanto o pagamento de uma renda pelo direito de ser produtor. A força de trabalho do pequeno proprietário e sua família pode ser subordinada igualmente ao capital. Como tem sido apontado (Martins, 1980a), a pequena produção capitalizada pelos empréstimos bancários produz mais (e beneficia-se de níveis de vida mais altos) só na medida em que os membros do grupo doméstico trabalham incansavelmente para pagar a terra, os insumos investidos e os juros correspondentes a ambos.

## BIBLIOGRAFIA


BARBOSA, P. F. e PITA, L. Z. Relatório de Pesquisa de Campo e Análise Preliminar de Dados. Dept.º de Ciências Sociais, UnB. (mimeo), 1980.

BOSERUP, Ester. *The Conditions of Agricultural Growth.* London, Allen and Unwin, 1970.

CAMARGO, Aspásia. *A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base* — (1930-1964). INDIPO/FGV, (mimeo), 1979.

CASTELNAU — Francis. *Expedições às Regiões Centrais da América do Sul,* Tomo II. São Paulo, Nacional, 1949.

CHAYANOV, Alexander V. *The Theory of Peasant Economy.* Illinois, Irwin, 1966.

ESTERCI, Neide. *O Mito da Democracia no País das Bandeiras.* Rio de Janeiro, PPGAS. Tese de Mestrado, 1972.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.

———. *Análise do Modelo Brasileiro.* Rio de Janeiro, Civilização, 1972.

GARDNER, George. *Viagens no Brasil*. Rio de Janeiro, Nacional, 1942.
GRAHAM, D. e HOLLANDA, S. B. *Regional and Urban Growth and Development in Brazil: A Selective Analysis of the Historical Record, 1827-1970*. USP, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1971.
LERDA, M. H. Henriques. *Diagnóstico Geo-Sócio-Econômico da Região Centro-Oeste*. Demografia; (Mimeo), UnB/1978.
MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo, Pioneira, 1975.
——— .*Expropriação e Violência*. São Paulo, Hucitec, 1980a.
———. "A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária" in: *Encontros com a Civilização Brasileira 22*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980b.
MEIRELLES, Silo. *Brasil Central: Notas e Impressões*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército — Editora, 1960.
OLIVEIRA, Francisco de. "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista" in: *Seleções CEBRAP N.º 1*. 1976.
PATERNOSTRO, Julio. *Viagem ao Tocantins*. São Paulo, Nacional, 1945.
PIMES. *Migrações Internas e Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro*. 1.º Volume. Recife, mimeografado, 1978.
SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens às Nascentes do Rio São Francisco*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975a.
———. *Viagem à Província de Goiás*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975b.
SANDRONI, Paulo. *Questão Agrária e Campesinato*. São Paulo, Polis; Teoria e História 9, 1980.
SILVA, Collemar Natal e. *História de Goyaz*. Rio de Janeiro, Graphico Novo Mundo, 1935.
SILVA e SOUZA, Luiz Antonio. "Memórias Sobre o Descobrimento, Governo, População e Coisas mais Notáveis da Capitania de Goyaz", in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* N.º 12, 1949.
———. "Memória Estadística da Província de Goyaz" in: *Revista Goiana de História*, Ano 1, Vol. 1. Universidade Federal de Goiás, 1971.
SODRÉ, W. Nelson. *Oeste: Ensaio sobre a Grande Propriedade Pastoril*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1941.
SUÁREZ, Mireya. *Everlasting Colden Sertões*. Tese de Doutoramento, Cornell University, 1978.
TEPICHT, J. *Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais*. Paris, Arnard Colin. 1974.
VELHO, Otávio. *Capitalismo Autoritário e Campesinato: Um Estudo Comparativo a partir da Fronteira em Movimento*. São Paulo, DIFEL, 1976.
———. "Campesinato e Política" in: *Anuário Antropológico/1978*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1977.
VIANNA, L. Werneck. "Leis Sociais e Demografia" in: *Estudos CEBRAP* N.º 12, 1977.